

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

CLÁUDIO VICTOR SOUSA DE ANDRADE

A BIBLIOTECA DO CENTRO DE ENSINO SANTA TERESA: Papel e desafios para
a aplicação Lei 10.639/03

São Luís
2023

CLÁUDIO VICTOR SOUSA DE ANDRADE

A BIBLIOTECA DO CENTRO DE ENSINO SANTA TERESA: Papel e desafios para
a aplicação Lei 10.639/03

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau
de licenciatura em História

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina
Rodrigues dos Santos

São Luís
2023

Andrade, Cláudio Victor Sousa de.

A Biblioteca do Centro de Ensino Santa Teresa: Papel e desafios para a aplicação Lei 10.639/03. / Cláudio Victor Sousa de Andrade. – São Luís, 2023.

85 p.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profª. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos.

• Lei 10.639. 2. Biblioteca. 3. História. I. Título.

CDU 94[371.214.1+027.8]

CLÁUDIO VICTOR SOUSA DE ANDRADE

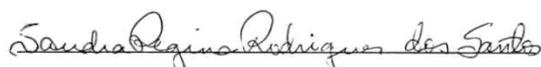
A BIBLIOTECA DO CENTRO DE ENSINO SANTA TERESA: Papel e desafios para a aplicação Lei 10.639/03

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História

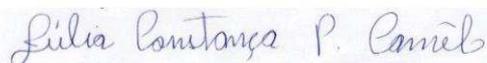
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Aprovado em: 11 / 07 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Orientadora)
Doutora em Políticas Públicas em Educação
Universidade Estadual do Maranhão



Profa. Dra. Júlia Constança Pereira
Camêlo
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Carlos Alberto Ximenes
Doutor em História
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me concedeu energia e benefícios para a conclusão desse trabalho. Agradeço a minha namorada Eksamya Sousa dos Santos, pela motivação, cuidado e pelo apoio diário. Agradeço aos meus pais, Cláudio Araujo de Andrade e Elisabeth Sousa Coutinho, aos meus irmãos, Anderson Fernando Sousa de Andrade e Mateus Silva Pires Pereira, pelo incentivo e apoio em todo período que estive na graduação. Agradeço a minha madrinha Maria do Socorro Bastos de Andrade, pelo carinho e atenção a mim dedicados. Agradeço aos meus colegas de classe, em especial a Bianca de Oliveira Santos, Edson André Rosa Mota e Dandara Caroline Silva Teixeira, por todo o auxílio nesses anos da graduação. Agradeço a minha orientadora professora doutora Sandra Regina Rodrigues dos Santos, por todo auxílio para a realização desse trabalho. Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva na minha vida.

“É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser.”

Paulo Freire

RESUMO

A realização deste estudo dedica-se a análise do instrumento legal da Lei nº 10.639 que tornou obrigatório o ensino da cultura e da História africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar do território nacional. Com a obrigatoriedade do ensino africano e afro-brasileiro nas instituições de ensino, o foco desta pesquisa traz análise do acervo da biblioteca no Centro de Ensino Santa Teresa, buscando em seu espaço livros em consonância com a Lei nº 10.639/03 a partir do levantamento de sua utilização no cotidiano da escola e o acervo disponibilizado, no processo da pesquisa adotamos o método da observação participante, com a finalidade de perceber a utilização deste acervo por professores e estudantes da disciplina de História, bem como averiguando as procedências de sua efetivação na escola pelos sujeitos desta pesquisa. Percebermos as prerrogativas dos professores de História ao fazerem uso dela para aplicação de debates e pesquisas como temáticas fundamentais para o entendimento das diferenças étnicas e culturais, aspectos que favorecerão os estudantes a serem cidadãos mais conscientes sobre a diversidade étnica e cultural.

Palavras-chave: Lei 10.639; biblioteca; História.

SUMMARY

The realization of this study is dedicated to the analysis of the legal instrument of Law nº 10.639, which made the teaching of African and Afro-Brazilian culture and history mandatory throughout the school curriculum in the national territory. With the obligation of African and Afro-Brazilian education in educational institutions, the focus of this research brings an analysis of the collection of the library in the Centro de Ensino Santa Teresa, searching in its space for books in line with Law nº 10.639/03 from the survey of its use in the daily life of the school and the available collection, in the research process we adopted the method of participant observation, with the purpose of perceiving the use of this collection by teachers and students of the discipline of History, as well as investigating the origins of its effectiveness in the school by the subjects of this research. We perceive the prerogatives of History teachers when making use of it for the application of debates and research as fundamental themes for the understanding of ethnic and cultural differences, aspects that will favor students to be more aware citizens about ethnic and cultural diversity.

Keywords: Law 10.639; library; History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1- Espaço interno lado esquerdo da Biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha.....	48
Foto 2- Espaço interno lado direito da Biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha.....	49
Foto 3- livro a Lenda de Pemba	50
Foto 4- Narrativas preferidas de um contador de histórias	51
Foto 5- Livro A vida em sociedade	51
Foto 6- Os tesouros de Monifa.....	52
Foto 7-A cachoeira de Paulo Afonso	53
Foto 8- Histórias de Ananse.....	53
Foto 9- Os abolicionistas.....	54
Foto 10- Histórias Africanas.....	55
Foto 11- A África está em nós	56
Foto 12- Lendas da África moderna	56
Foto 13- Rapunzefa.....	57
Foto 14- Jogo Duro.....	57
Foto 15- Omo-Oba Histórias de princesas	58
Foto 16- Contos ao redor da Fogueira	59
Foto 17- Quilombolas e Quilombos	59
Foto 18- Malungos na Escola.....	60
Foto 19- Afro-descendência em cadernos negros e jornal do MNU.....	61
Foto 20- Filhos da África em Portugal	62
Foto 21- Afirmando direitos	63
Foto 22- O Cortiço.....	63
Foto 23- Erinlé O caçador.....	64
Foto 24- O menino Negro.....	65
Foto 25- Quando me descobri negra.....	65
Foto 26- O rei preto de ouro preto.....	66
Foto 27- Você é livre.....	67
Foto 28- Contos africanos	67
Foto 29- Quilombos Identidade e História	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Gênero dos sujeitos da pesquisa	74
Gráfico 2- Frequência de visitas à biblioteca da escola	75
Gráfico 3- Incentivo dos professores para o acesso à biblioteca.....	76
Gráfico 4- Você costuma ler livros sobre a temática africana?	77
Gráfico 5- A escola organiza oficinas que abordem a temática afro?	78
Gráfico 6- Como avalia o espaço da biblioteca da escola?	79

Sumário

1-INTRODUÇÃO	11
1.1- Procedimentos metodológicos.....	13
2- Contribuições teóricas sobre o papel da etnia africana para a formação da sociedade brasileira e a importância da lei 10.639/03 para a Educação brasileira	15
2.1- A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e a conquista da Lei de Reparação para o combate ao racismo e a discriminação.....	15
2.2 Reflexões de estudiosos sobre a Lei 10.639/03 e sua implementação nas escolas brasileiras.....	18
3- A importância histórica das bibliotecas para o desenvolvimento do intelectual do ser humano.	28
3.1- O percurso milenar das bibliotecas.....	28
3.1.1. O papel da leitura na formação dos leitores: uma perspectiva histórica	30
3.2. Trajetória da biblioteca no território Brasileiro.....	32
3.2.1 A biblioteca escolar no Brasil.....	33
3.2.2- Desafios para a manutenção dos Espaços Bibliotecários nas instituições de ensino.....	35
3.3. As bibliotecas escolares e os desafios da lei 10.639/03: A presença ou ausência de textos de autoria africana e afrodiáspórica.....	41
A biblioteca do Centro de Ensino Santa Teresa: Seu papel na aplicação da lei 10.639/03.	46
4.1 A biblioteca escolar do C.E. Santa Teresa e a utilização dos acervos para a importância da leitura	48
4.1.2 Estrutura física da biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha.....	49
4.2. O acervo da biblioteca do C.E. Santa Teresa na relação com a Lei 10.639/2003	50
4.3. O que dizem os usuários da biblioteca sobre o acervo	71
4.3.1 Questionário aplicado aos professores.	71
4.3.2 Questionários aos alunos do 7º ao 9º do C.E Santa Teresa.....	73
5- CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	83

1-INTRODUÇÃO

A história brasileira traz do seu passado escravista e colonizador uma grande discriminação e conceitos pré-estabelecidos com relação a cultura do “outro”, do diferente, ou seja, do indígena e do negro, e essa discriminação está contida tanto no meio Social como no espaço educacional, onde ocorre resistência ao estudo e ensino da história e cultura africana, afro-brasileira.

Portanto, percebemos a necessidade de observar outras histórias e culturas para nossa sociedade como forma a contribuir para o respeito e compreensão e também novos conhecimentos mais assertivo sobre a diversidade étnica presente em nosso país e, por conseguinte buscando diminuir os preconceitos concebidos ao longo da formação da sociedade no que tange principalmente às comunidades Africanas e Afro-brasileiras e sua cultura.

Diante dessa necessidade obtivemos uma grande conquista e relação a estes aspectos, foi implantada no dia 9 de janeiro de 2003 a lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino da cultura e da História africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar do território nacional, para ser trabalhado pelas disciplinas de Artes, Literatura e de História. Diante dessa afirmação, é necessário compreender a importância de se ressaltar a história que por muitas vezes é omitida, promovendo um destaque mais efetivo para os povos tradicionais, a partir da propagação de sua história e culturas.

A partir dos acontecimentos corriqueiros presentes em nossa sociedade, precisamos ter um olhar mais específico acerca da compreensão e o entendimento dessas culturas, mesmo que tenha sido apresentada desde o ano de 2003 com a obrigatoriedade do ensino africano, afro-brasileiro, é preciso possuir uma análise crítica sobre a implantação dessas políticas dentro das instituições de ensinos, com o objetivo da não reprodução de discriminações e omissão desses debates.

Face a obrigatoriedade em relação ao ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira nas escolas de todo o Brasil, surge uma demanda crescente por novas literaturas, que contemplem a história a cultura dessas etnias que deverão estar disponibilizadas em livros, textos, artigos, assim como também nos meios tecnológicos por intermédio da internet.

Portanto, ao estudar os propósitos das diretrizes da lei 10.639/03, cabe questionar questões importantes. Como as escolas da rede pública já se adequam com a aquisição de livros didáticos e paradidáticos? Será que a gestão, e os professores da escola proporcionam atividades, projetos, planos e propostas que possibilitem a aprendizagem e a inserção dessas novas temáticas em sala de aula? Será que os alunos e professores utilizam os espaços da biblioteca e os acervos, para incentivar a leitura dentro da escola?

Pelas razões expostas, justificamos a importância desse estudo que visa principalmente analisar o catálogo de acervos da biblioteca CE Santa Teresa, a fim de perceber como eles contemplam assuntos que atendem os assuntos das diretrizes da Lei 10.639/03.

Nesse sentido, para a realização desse estudo, buscamos o atendimento dos seguintes objetivos:

Analisar no acervo da biblioteca do C.E Santa Teresa estão disponíveis livros que estão de acordo com a lei 10.639/03, fazendo o levantamento de sua utilização no cotidiano da escola. Além deste objetivo geral pretendemos alguns objetivos específicos com a intenção de examinar o catálogo de acervos na biblioteca em busca de livros e literatura que abordem sobre a temática Afro-brasileira e Africana; perceber se os atores escolares estão cumprindo as normativas presente na lei 10.639/03 para o ensino de história e Cultura Afro-brasileira. E por fim buscamos analisar como é promovido o incentivo ao hábito da leitura dentro da instituição de ensino.

Ao fazer o mapeamento do acervo da biblioteca, a nossa intenção é destacar os autores das obras, o ano de publicação e a qualidade dos livros que são ofertados, para as leituras e pesquisas, de professores e alunos que utilizam esses livros no cotidiano da escola.

É necessário a compreensão dos propósitos daquilo que se propõe atender a lei 10.639/03 e como ela é analisada na escola através da literatura disponível dentro da instituição de ensino, e quais são as prerrogativas dos professores de história ao fazerem uso dela para aplicação de debates e pesquisas.

Portanto, compreender as Diretrizes exigidas pela Lei 10.639/03, é imprescindível para a formação cidadã, balizada no respeito e entendimento das diferenças étnicas e culturais, aspectos que favorecerão aos alunos serem cidadãos mais conscientes sobre diversidade étnica e cultural presente no território nacional.

1.1-Procedimentos metodológicos

O Processo metodológico desta pesquisa foi o método qualitativo-quantitativo para análise do referencial bibliográfico, com base em teóricos voltados para o entendimento das temáticas sobre a história e cultura Afro-brasileira e Africana, além da análise da Lei 10.639/03 que tornou obrigatório para o currículo da escola o trabalho com esta temática. Desenvolveremos a pesquisa de campo na instituição C.E Santa Teresa, para a aplicação de questionários, junto com os sujeitos da instituição, os professores que ministram a disciplina de História no ensino fundamental e com alguns dos estudantes dessa etapa de escolaridade.

Com vista para a técnica selecionada, a organização do questionário precede dos cuidados extensivos das perguntas e do público a qual é destinado, sendo estruturado com 5 perguntas, com o objetivo de obter respostas sobre a conhecimento dos alunos e dos agentes presentes na escola sobre a temática Afro-brasileira e Africana, sobre a disposição na biblioteca dessa bibliografia e se os professores estimulam a procura e a leitura desse acervo bibliográfico sobre a temática em apreço.

A nossa intenção é coletar dados que nos possibilitem conhecer o acervo da biblioteca da escola, que trate sobre a Lei 10.639/03 ou que tenha material referente a esta temática. Ainda no processo da pesquisa, adotaremos o método da observação participante, com a finalidade de perceber a utilização deste acervo por professores e estudantes da disciplina de História.

A partir da pesquisa de campo, realizaremos a observação participante sobre o cotidiano escolar e com o grupo estudado, o que consideramos como estratégia complementar a nossa pesquisa, na medida que deixamos claro para o grupo estudado que a pretensão de um pesquisador é compreender a realidade social, por vezes, não acompanhadas por perguntas prévias, por fim, realizamos a aplicação dos questionários que foram respondidos sem a necessidade do pesquisador estar presente.

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de

situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (NETO, 2001, p.59-60)

Com a obtenção destes dados, realizamos a análise e reflexões sobre como vem se efetivando a implementação da Lei 10.639/03 no espaço da escola, em sua relação com a bibliografia disponibilizada pela biblioteca.

Esta monografia está organizada em quatro tópicos, no primeiro tópico trazemos a introdução destacando alguns aspectos ligados ao título da pesquisa, dando ênfase aos objetivos e demonstrando de que forma realizamos o processo da pesquisa e trataremos da metodologia de pesquisa.

O segundo capítulo traz a importância de marcos que foram relevantes para criação da lei 10.639/03 para a educação brasileira, passando pelas influências da Declaração de Durban para a construção de um ensino voltado ao reconhecimento das diversidades étnicas raciais. Abordaremos também estudos que visam explicar sobre a implementação da lei 10.639/03 nas escolas de todo o Brasil, apresentando os êxitos e os desafios no cumprimento às diretrizes desta lei para que possa abranger a história e a cultura Afro Brasileira nas salas de aula.

No terceiro capítulo da monografia, abordaremos a importância da biblioteca para o desenvolvimento intelectual dos seres humanos, passando pelo percurso histórico da construção das primeiras bibliotecas até chegar às chamadas bibliotecas escolares. Também abordaremos como esses espaços com o passar do tempo puderam contribuir para o desenvolvimento da leitura e da escrita dos seres humanos E por fim refletirmos como a biblioteca pode se tornar um alicerce para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que buscam valorizar debates sobre as comunidades Afro Brasileiras, através dos acervos disponibilizados neste local.

O quarto capítulo falaremos sobre a biblioteca do Centro de ensino Santa Teresa, tratando da sua estrutura física e a disponibilidade de acervos que dão ênfase em conteúdos que abordem as temáticas afro descendentes e africanas. Neste capítulo analisaremos as percepções dos agentes escolares em relação a biblioteca, através dessas experiências, podemos compreender os impactos positivos e negativos que possui este espaço no desenvolvimento intelectual do estudante.

2-Contribuições teóricas sobre o papel da etnia africana para a formação da sociedade brasileira e a importância da lei 10.639/03 para a Educação brasileira

Neste tópico busca-se trazer algumas contribuições de estudiosos que tratam sobre o processo de formação da sociedade brasileira, destacando o papel da etnia africana neste processo, quando para cá foram trazidos na condição de escravizados, condição esta que os relegou a uma situação de exploração passando a serem tratados com extrema discriminação por vários séculos.

Pretende-se pela contribuição dos teóricos demonstrar o papel e a importância dos povos africanos na construção da nossa sociedade e a longa trajetória de discriminação, falta de respeito e desvalorização dessa etnia, aspectos que tomam outros rumos a partir da luta empreendida pelos movimentos negros que se iniciam em nossa sociedade, principalmente a partir do século XIX, ficando mais explícito o reconhecimento da presença da discriminação e do racismo presentes no contexto da sociedade brasileira durante o evento da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, publicada na declaração de Durban e na esteira destas exigências contempladas no documento, teremos posteriormente a promulgação da lei 10.639/03, aspectos que abordaremos neste tópico.

2.1- A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e a conquista da Lei de Reparação para o combate ao racismo e a discriminação

Ao analisar o processo de formação da Sociedade Brasileira é relevante problematizar as desigualdades presentes no território nacional, causadas pelo curso depreciativo ocasionado pelo preconceito existente dentro do aparato social.

Desta forma, as leis entram em curso com o objetivo de fazer cumprir direitos adquiridos pelos seres humanos, assumindo uma função relevante no combate às formas de preconceitos, racismo e violências sobre as minorias e exigindo dos poderes públicos o cumprimento das premissas dos deveres da nação para toda a sociedade

Neste contexto, a Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e

Intolerância Correlata, ocorrido no dia 31 de agosto a 8 de setembro do ano de 2001 na cidade de Durban na África do Sul, torna-se um documento especial para percepção e compreensão de práticas de discriminação e preconceitos, que ocorriam ainda no mundo todo.

Como apresenta a Declaração de Durban em relação aos povos de origem afro descendentes, todos os países das Américas adotariam postura de reconhecimento sobre o papel e a importância da população africana para o contexto dos países deste continente:

Consideramos essencial que todos os países da região das Américas e de todas as outras áreas da Diáspora africana, reconheçam a existência de sua população de descendência africana e as contribuições culturais, econômicas, políticas e científicas feitas por esta população e a reconhecerem a persistência do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que os afeta especificamente, e reconhecemos que, em muitos países, a desigualdade histórica em termos de acesso, inter alia, à educação, ao sistema de saúde, à moradia tem sido uma causa profunda das disparidades sócio-econômicas que os afeta;(DECLARAÇÃO e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001, p.10)

Portanto, de acordo com a declaração de Durban, é imprescindível termos como base dentro de uma coletividade, a construção de reconhecimento das ações e dos impactos positivos que os povos de matrizes Africanas trouxeram para os países Americanos e de outras regiões da diáspora africana, podendo conhecer suas contribuições seja no âmbito econômico ou no social. Todavia, pela declaração de Durban é necessário que esse reconhecimento aconteça para que a desigualdade histórica que atinge essa população possa terminar o mais rápido possível.

Ainda de acordo com a Declaração de Durban em 2001:

Insta os Estados a realizarem investigações exaustivas e imparciais, sem demora e a fundo, sobre todos os atos ilegais de racismo e discriminação racial, para processarem ofensas criminosas ex officio, iniciarem ou facilitarem todas as ações adequadas resultantes de ofensas de natureza racista e xenófoba, para assegurarem que sejam dadas às investigações criminais e civis e aos processos de ofensas de natureza racista ou xenófoba, alta prioridade, e que sejam coerente e energeticamente realizadas e assegurem o direito ao tratamento igual diante dos tribunais e de todos os outros órgãos operadores da justiça. Neste sentido, a Conferência Mundial enfatiza a importância de se promover a conscientização e proporcionar o treinamento para os vários agentes do sistema de justiça criminal, para assegurar a aplicação justa e imparcial da lei. Neste sentido, recomenda-se que sejam estabelecidos serviços de vigilância antidiscriminatórios;(DECLARAÇÃO e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001, p.42)

A partir da citação acima, temos a compreensão que a declaração de Durban recomenda que os órgãos de justiça precisam organizar investigações a crimes ou

comportamentos que tenham origem racista, xenofóbica ou de outra instância, a fim de responsabilizar culpados. A aplicação efetiva da lei e seu cumprimento podem propiciar a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para o atendimento da proposta na Declaração de Durban, teremos a promulgação da Lei 10. 639 que foi outorgada no ano de 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo objetivo principal era evidenciar a importância da representatividade dos povos da etnia africana, com o intuito de produzir representações mais democrática e consciente sobre a diversidade dessa etnia na construção do nosso país, tornando obrigatório a inclusão no currículo das escolas brasileiras para o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana, conforme consta no artigo 26-A da lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

A criação da lei 10.639/03 teve como principal intuito a valorização dos povos afro-brasileiros e afrodescendentes, reconhecendo seu papel para a construção da sociedade brasileira, e com implementação nos setores escolares teve uma significativa transformação para a educação nacional.

No tocante ao processo de implementação da lei 10.639/03 a partir de 2004, destaca-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. (BRASIL, 2005, p.9)

Desta forma, o processo de estabelecimento da lei 10.639/03 é fomentada como orientação nas escolas, é importante que todos os participantes do ambiente escolar e da comunidade em geral compreendam a história e cultura afro-brasileira. O principal intuito de seguir as diretrizes da lei, é proporcionar a todos os alunos uma

educação equitativa e de qualidade para construir salas de aulas mais democráticas e justas.

2.2 Reflexões de estudiosos sobre a Lei 10.639/03 e sua implementação nas escolas brasileiras

Consideramos de grande relevância as reflexões trazidas por um conjunto significativo de autores que favorecem um debate atrelado ao fato da formação de ideologias que propuseram a legitimação sobre a diferença entre países que foram “colonizados” e subjugados em seus espaços, denominados de "Colônias". E neste sentido, iniciamos este processo com as contribuições trazidas pelo grande pensador das questões ligadas ao racismo e ao preconceito, Kabengele Munanga:

Esquecem-se que o preconceito é produto das culturas humanas, que em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros. Esta maneira de relacionar preconceito com ignorância das pessoas põem o peso nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade. (MUNANGA, 2005, p.18)

Por esta citação, fica evidenciado a necessidade de pensar de forma crítica o curso de formação da sociedade brasileira, destacando nesse processo o quanto ela se apresenta como racista, herança de uma construção mental, do período colonial. É extremamente necessário que haja a assimilação sobre esse período, e como deveremos construir conhecimento que possam combater o racismo que foi instaurado pelo processo colonizador, aspecto que nos fará ter clareza do mito da democracia racial¹, onde não haveria práticas discriminatórias sobre comunidade e africanas residentes em nosso país e conseqüentemente sobre os afro brasileiros, conforme destaca Kabengele Munanga, ao apresentar o campo da educação como espaço importante dessa luta.

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças dos nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas (MUNANGA, 2005, p.19)

Estes aspectos são tratados no texto *Racismo na Escola* escrito por Kabengele Munanga (2005), para este autor, a educação torna-se essencial para a

¹ Mito da democracia racial, surgido com mais força na década de 1920, consolidou no imaginário nacional o fim da discriminação racial, tornando-se na década de 50 um consenso de que o Brasil era uma nação sem barreiras legais que impedisse a ascensão social de pessoas a riquezas e prestígios. Dessa forma construiu uma falsa competição entre brancos e negros, onde o último estava sempre em desvantagem, pois o mérito estava ligado a ascensão social, sendo o fracasso do negro delegados a sua própria incapacidade. Portanto, desta forma, foi construída uma sociedade que não modificou a sua estrutura social, que pratica formas de racismo e desigualdade, de maneira velada.

mudança de perspectiva mediante ao racismo e formas de preconceito que foram estabelecidas no imaginário nacional diante das formas de dominação que foram exercidas pela biologia a partir do século de XIX e dominações ocasionadas pelas inúmeras formas de colonização.

Diante destas constatações, sobre práticas de desigualdades e preconceitos instauradas em nosso país como um processo histórico de dominação e violência sobre povos afro-brasileiros e africanos.

Como apresenta Kabengele Munanga:

No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA,2005, p.17)

Conforme a citação de Munanga (2005), consideramos necessário que aconteça o planejamento de ações alternativas para a desconstrução do imaginário nacional referente a superioridade de raças presentes em nosso território com destaque dessa presença nas escolas.

Por isso, a educação se faz extremamente necessária para estimular ainda mais a visão crítica dos alunos em todas as salas de aula no Brasil, contribuindo de maneira eficaz com questionamentos e ações que valorizem o conhecimento da nossa diversidade étnica racial, colaborando para a valorização da população afrodescendente, com o reconhecimento de sua cultura e de suas crenças contribuição de suas crenças para a nossa formação social e cultural.

Ainda, segundo Kabengele Munanga:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16)

Neste sentido, é imprescindível pensar no valor da memória para a formação cidadã dos discentes matriculados nas instituições de ensino no nosso país. O processo da valorização da memória coletiva da comunidade negra, não se dimensiona apenas em dar voz ou reconhecimento sobre as populações afrodescendente e afro-brasileira, mas também fazer o resgate de toda a contribuição dessas etnias para construção da sociedade brasileira.

Para esse processo, é inegável a compreensão sobre as formas de se pensar a cultura do “outro”, ou do “diferente”, o que nos faz refletir sobre nós mesmo em

relação ao meio social que vivemos, já que nascemos presenciando a diversidade étnico e cultural bastante presente para formação da nossa nação.

Anteriormente tratamos sobre a presença de colonizadores em nosso espaço geográfico e a introdução de homens e mulheres que vieram através do tráfico negreiro para a realização de trabalho escravo, a presença dos povos desta etnia, posteriormente vai favorecer a diversidade étnico racial na formação do nosso país. Portanto, ter conhecimentos sobre essa diversidade étnica e racial é essencial para a construção de uma formação cidadã que rejeite formas de aprendizagens demarcadas no desrespeito e no preconceito.

As contribuições trazidas pelos autores, citados neste tópico, nos faz compreender que diante do conhecimento das práticas discriminatórias existentes propiciadas pelo racismo, oriundo do processo de colonialismo, é necessário o entendimento que essas forças de desigualdades são extremamente recorrentes em nosso âmbito social, sendo assim o ideal é criar formas para o combate das estruturas racistas de diferenciação entre a população nacional.

A preocupação com relação a estes aspectos se faz presente no olhar de Reis (2020)

Atentar para as implicações políticas, econômicas, sociais e epistemológicas dessas dinâmicas é fundamental para compreensão das relações de poder nesse contexto, dado que, em países marcados pela violência colonial e pelo racismo estrutural, as relações sociais não passam incólumes aos processos de racialização e às desigualdades racialmente/sexualmente produzidas. (REIS, 2020, p.17)

Quando a lei 10. 639/03 foi aprovada no dia 09 de janeiro de 2003, ela foi sancionada em um contexto muito peculiar dentro do ambiente social no território nacional, “em meio a um intenso debate social amplificado pela mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras” (PEREIRA, 2008, p.22). Estas ideias de Pereira estão contempladas em seu estudo “Reconhecendo ou Construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós lei 10.639”.

Ainda no que diz respeito ao debate sobre o texto de Júnia Sales Pereira, ela traz a construção da Lei e a necessidade de alteração da LDB 9.394/96, destacando sua implementação no contexto educacional:

A publicação da Lei no 10.639/2003 ocorreu num contexto educacional mais abrangente, marcado pelas transformações advindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases no 9.394, de 1996, em que se afirmaram modificações educacionais importantes, como a flexibilização curricular, a consciência do

valor da inclusão e da diversidade na educação, e a reafirmação da autonomia docente. (PEREIRA, 2008, p.22)

É interessante atentar para o conceito adotado por Pereira (2008), no que tange a forma de pensar a educação nas salas de aula, chamado de “alforria curricular”, baseando o conhecimento apresentado pelos professores nas escolas, com o objetivo de trabalhar as questões raciais, não apenas no que se refere aos alunos, mas envolvendo também os pais e a comunidade escolar. E a forma como os conteúdos a serem tratados nesse ambiente, implicaria na formação de valores mais afirmativos sobre o conhecimento da pluralidade cultural heranças dos povos africanos para o nosso país.

O processo de implementação da lei 10.639/03 e sua efetivação em ambiente escolar é fruto de muitos debates e reflexões, especialmente nos estudos sobre história e a importância da rememoração da memória das comunidades afro-brasileiras e africanas em nosso país, conforme pontua Pereira (2008, p.29)

O desafio é a promoção de um ensino-aprendizagem em que a história africana e a história Europeia, por exemplo, não sejam dicotomizadas, nem idealizadas, nem tampouco contrapostas, mas, antes, compreendidas em sua dinâmica e circularidade, com as violências e embates do passado e do presente, mas com as perspectivas Relacionais requeridas em qualquer abordagem histórica mais substantiva.

Como a autora pontuou acima, isto significa que no processo de atendimento do que está das diretrizes, para atender as exigências da lei 10.639 de 2003, os conteúdos a serem trabalhados com os discentes das escolas públicas e privadas do Brasil, não deverão negar todo o processo de submissão e violências que houve no passado recente, para que haja um reconhecimento efetivo sobre as ações de preconceitos que ainda persistem na atualidade.

O propósito de trazer a esses debates é essencial para que exista uma mudança na percepção social sobre esses assuntos, principalmente sobre aplicar todo o conhecimento adquirido através das normas e diretrizes para o contexto futuro da formação cidadã, para que os discentes possam refletir e repensar esses conteúdos e práticas de maneira crítica e reflexiva sobre o passado, e trabalhando para que não seja reproduzido no futuro.

Portanto, trabalhar o ensino destas questões na disciplina da História, requer do(a) professor(a) o conhecimento do que é proposto pelas normas e Diretrizes para a implementação da lei 10.639. Considerando estes aspectos, o(a) professor(a) desenvolverá no processo do ensino de História formas de favorecer uma

aprendizagem para os estudantes que os faça ter uma compreensão sobre esse passado que historicamente por um longo período de tempo foi relegado a um papel secundário na produção historiográfica e também nos livros e na realização das aulas. Por tudo que já foi analisado sobre a Lei, é possível destacar que sua promulgação resultaria em um período de intensas transformações no ambiente escolar, e na maneira que as aulas, principalmente de História, tomariam um rumo diferenciado, mais voltado para o desenvolvimento de reparação e representação de grupos subvalorizados, propiciando um debate mais assertivo sobre essas questões, transformando a sala de aula em um local mais democrático.

Além do mais, é relevante indicar que a publicação da lei também foi feita no período de retomada da Redemocratização do país, e isso implica dizer que surge um maior conhecimento sobre a desigualdade social e histórica dos povos africanos e Afro-brasileiros. Portanto, com a promulgação da lei de 10.639/03 se amplia o conceito de cidadania e de direitos sociais no território nacional brasileiro, contribuindo para um maior enfrentamento de racismos e negação de preconceitos em suas diversas faces e em diferentes âmbitos da vida social, principalmente dentro do ambiente escolar, espaço favorecedor da contínua formação de cidadãos.

Portanto, a escola é um espaço para a superação do racismo e possibilitador de uma maior visibilidade de grupos sociais que ao longo da nossa história são vítimas desse preconceito.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos descritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA, 2005, p.26)

A partir do que foi citado, é necessário compreender que a omissão das comunidades afro-brasileira e africana no processo histórico são reflexos que foram propaladas em narrativas de conteúdos escolares que constroem estereótipos sobre a figura do negro(a), sendo capaz de criar uma auto rejeição nos sujeitos dessa etnia, o que até então não possibilitava um debate crítico sobre a inclusão da história e da cultura da etnia africana na formação do nosso país.

Portanto, a promulgação da lei 10.639/03 foi uma medida de reparação necessária para o atendimento de várias reivindicações do movimento negro, em seu processo de lutas. Considera-se pertinente ressaltar algumas contribuições trazidas por Almeida e Sanchez (2017, p.58) “A Lei 10.639/03 tem, assim, caráter

compensatório, ao possibilitar a desconstrução de mentalidades e práticas preconceituosas, sequelas deixadas pelo longo período de escravização [...].

Por outro lado, não podemos deixar de compreender o que ressalta os próprios autores em relação a elaboração de uma lei, “Lei são frutos de embates e disputas de grupos organizados da sociedade em torno de múltiplos interesses” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p.56).

Sendo assim, um dos grandes interesses trazidos por esta lei 10.639/03 foi possibilitar o reconhecimento das comunidades afro-brasileira dentro dos ambientes escolares, a fim de se promover uma maior consciência das suas contribuições e a valorização da história que fora relegado a omissão e ao esquecimento dentro das salas de aula e nos livros escolares.

As contribuições de Almeida e Sánchez (2017) nos fazem refletir com maior clareza sobre os diferentes propósitos contemplados nas legislações, como no caso específico das leis de reparação.

É importante salientar que a criação da lei 10.639/03 se constituiu como um marco para o reconhecimento e a valorização da história e da cultura das comunidades afro-brasileira e Africana, por conseguinte, com a promulgação desta lei, o movimento negro teve o reconhecimento do direito de inclusão no currículo da escola dos aspectos citados acima. “Assim, a lei 10.639 tem o potencial de permitir aos alunos negros a valorização, subjetivos simbólicos de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade Brasileira (ALMEIDA, SANCHEZ, 2017, p.57).

Pelo fragmento dessa citação, fica evidenciado a importância de alguns alunos se auto reconhecerem pertencentes às etnias africanas e afro-brasileiras, valorizando o entendimento que estes grupos trouxeram para a formação social e cultural no Brasil, o que faz deste país uma sociedade alicerçada nas diferenças.

Contudo, como explica Luciano Magela Roza: “Apesar dos avanços verificados na produção historiográfica relativa ao pós-abolição, é importante destacar que esse campo de investigação historiográfico possui um curto tempo de vida” (ROZA, 2017, p.6).

Isso implica dizer que o debate sobre a relevância dos povos Afro-brasileiros e Africanos é um campo que vem adquirindo bastante visibilidade a partir da década de 90, contribuindo para um alto índice de realização de pesquisas bibliográficas, conforme pontua Roza (2017, p.17):

Contudo, somente a partir de meados da década de 1990, verifica-se o desenvolvimento de investigações entre os historiadores que privilegiam o estudo das estratégias elaboradas pelos negros Brasileiros, no contexto posterior a 1888, e que visavam o enfrentamento de práticas preconceituosas, tanto no campo material, como no simbólico, no interior de uma sociedade fortemente caracterizada pela racialização das relações sociais e pela assimetria das relações de poder.

Pela citação acima, o período anterior à década de 1990 o pensamento sobre as resistências e elaboração de estratégias feitas pelos povos africanos e Afro-brasileiros não era apresentado como um problema histórico e muito menos eram relevantes para pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto. E isso dificultou a absorção de uma história que foi marcada por lutas, embates, resistências e não de uma aceitação passiva sobre esse destino.

Em vista dessa omissão de uma história mais crítica sobre esse passado e as formas de resistências que esses povos adotaram, mesmo antes da abolição da escravatura e após este processo, o que temos é uma escrita sobre esses temas que não mostram o protagonismo dos povos Afro-brasileiros.

É importante perceber que o silenciamento da produção historiográfica trouxe muitas dificuldades para a compreensão das formas de resistências desses povos, “desta forma, a produção historiográfica acabou por contribuir, em alguma medida, para a reprodução de representações estereotipadas e simplificadoras da experiência histórica afro-brasileira” (ROZA, 2017 p.4).

Isso implica dizer que por muito tempo após o período pós abolição da escravatura no Brasil, a representação dos negros foi estereotipada, promovendo o silenciamento de suas ações e das dificuldades que foram recorrentes nesse processo. Por todas as questões ressaltadas pelas e pelas contribuições aqui analisadas, fica evidenciada as razões que justificaram a criação e a promulgação da lei 10.639/03.

É inegável as conquistas propiciadas pela promulgação da Lei 10.639/03, no entanto é preciso ressaltar que a sua implementação nas escolas públicas e privadas ainda não está sendo atendida conforme as exigências contempladas neste instrumento legal, o que pode ser constatado nas contribuições de Soraia Aparecida Belton Ferreira e Amauri Carlos Ferreira, para quem:

É preciso ressaltar, entretanto, que atualmente, muitas escolas e seus docentes, ainda não trabalham/incluem a referida lei em sua Prática docente (às vezes, nem mesmo os professores de História e de Artes) de modo a Contribuir para que os segmentos silenciados também façam parte das narrativas existentes. (FERREIRA S.; FERREIRA, A., 2022, p.08).

Contudo, ressaltamos que apesar da vasta produção bibliográfica, advindas das pesquisas históricas e de outros campos, elas deveriam melhor ser apropriadas pelos professores que atuam nas salas de aulas, como também nos ambientes da instituição escolar, a exemplo das bibliotecas, principalmente aquelas que já possuem acervos disponíveis que abordam sobre essas temáticas, enfatizando a necessidade de repensar o conceito de “colonialidade” na perspectiva eurocêntrica.

Conforme pontuam Soraia Aparecida Belton Ferreira e Amauri Carlos Ferreira:

De acordo com um olhar crítico em relação ao cenário, emerge o debate acerca da colonialidade do poder do eurocentrismo que instituem quanto elementos constitutivos de da formação da sociedade em suas diversas construções e elaborações, principalmente nos países da América Latina e da África (FERREIRA S.; FERREIRA, A., 2022, p.6)

Portanto, com o advento da lei 10.639/03 e as exigências para a sua implementação no espaço escolar, fica evidenciado conforme pontuam Ferreira e Ferreira (2022, p.8) que:

[...] pensar sobre a Lei 10639/03 na escola significa refletir sobre a questão da diversidade, em sua amplitude e complexidade, bem como sua inscrição nos espaços sociais demarcados, de um lado pela ideologia da democracia racial e, de outro pelos abusos do discurso e das práticas racistas tão frequentes no país.

Sendo assim, faz-se necessário que os professores trabalhem nas escolas um ensino que possibilite problematizar os atos de discriminações ocorridos no território de países que construíram a sua formação social balizados pelos aspectos da colonialidade produzidos por países Europeus, como as práticas de tráfico negreiro e a imposição adquirida através da violência.

Por tudo que foi ressaltado acima, faz-se necessário compreender que a escola se transformou em um ambiente propício para o rompimento desses conceitos. A escola por si própria é um espaço social que pode proporcionar reflexões mais assertivas sobre as questões da diversidade étnico racial e contribuir para a mudança de mentalidade dos sujeitos dessa instituição, para que eles possam adotar posturas ofensivas contra o racismo e a discriminação, promovendo a construção de relações no respeito e na solidariedade humana.

Dessa forma, é imprescindível pensar e entender o ensino nas prerrogativas das exigências da lei 10.639/03. Portanto, é preciso ressaltar que as escolas brasileiras, sua gestão, os professores e os demais sujeitos dessa instituição,

busquem adequar a escola e seu currículo com questões que resgatem a memória dos povos das etnias afro-brasileiras e africanas.

Estudiosos do tema têm apontado os desdobramentos de tais abordagens. Ao limitarem o trato com a História da África e com a Cultura Afro-brasileira a episódios que fogem da rotina escolar, sem o estabelecimento de relações efetivas com o saber cotidianamente trabalhado em sala de aula, acaba-se por referendar aquilo que se pretendia combater. (COELHO M., COELHO W., 2018, p.3)

Diante do que foi dito, podemos ter como base que a partir de estudos, a abordagem sobre questões relacionadas a cultura afro-brasileira e africanas e perceber que possui um grau de evasão desses conteúdos no dia a dia dos alunos e professores em sala de aula. Muitas vezes esses conteúdos são lembrados apenas em ocasiões festivas que rememoram a discussão sobre os aspectos culturais e das lutas e embates que sofreram os povos para conquistas de direitos dentro do seio da sociedade brasileira.

Portanto, a não utilização dos conhecimentos e propostas debatidas e promulgadas pela lei 10.639/03 ajudam a corroborar com a falta de conhecimento e reconhecimento da cultura dessas comunidades e a relevância de suas ações para a formação do corpo social, mantendo-se omissos sobre essas questões durante o ano letivo.

É importante salientar que há novas áreas de atuação e com novos preceitos para serem articulados principalmente no ambiente escolar e na forma de obtenção de conhecimento para os alunos, mas também para os docentes dentro das escolas com intuito de proporcionar aos alunos esses debates.

Portanto, a interpretação e a validação do texto da lei 10.639/03 é um processo contínuo e constantemente deve ser aplicado de maneira preponderante no espaço físico escolar, como apresenta o texto da lei 10.639/03 e o epistemicídio: relação e embates, “a invalidação de práticas, modos de ser, idiomas e saberes dos povos sob a dominação europeia configurou uma forma de refutar a legitimidade de cosmovisões africanas e de povos nativos, taxados como bárbaros e primitivos.” (SANTOS, PINTO, CHIRINEA, 2018, p.6)

Desse modo, como podemos perceber o processo de criação da lei 10.639/03 vem com intuito de apresentar de maneira mais efetiva a importância de estudar a diversidade africana e afro-brasileira, propondo assim reafirmar valores e crenças e lutar contra o "apagamento" e "esquecimento" dessas culturas, no interior de uma sociedade que ainda tende a discriminar essas manifestações culturais e sociais.

Contudo, é conveniente que a formação de espaços mais democráticos de produção e divulgação do conhecimento é necessário para a construção de uma sociedade mais livre e mais justa, portanto, deste modo, a observação de espaços de leituras como a biblioteca escolar são muito importantes para o incentivo a leituras e a formação de alunos e cidadãos críticos e conscientes sobre as relações sociais e culturais africana e afro-brasileira.

Destarte, o currículo e proposta pedagógica que negam a diversidade, causam consequências graves no processo de ensino e compreensão dessas relações sociais, pois as possibilidades e leitura do mundo ficam extremamente limitadas, para que isso não ocorra é imprescindível a necessidade de se contemplar a riqueza de conhecimento a partir da grande diversidade cultural e social presentes em nosso território.

3- A importância histórica das bibliotecas para o desenvolvimento do intelectual do ser humano.

Neste tópico, busca-se trazer contribuições de estudiosos que visam contemplar a história da biblioteca, desde o momento de sua criação incentivada pela incipiente maneira de expressão dos seres humanos através da escrita pictográfica, e todo seu desenvolvimento até a formação das bibliotecas escolares, destacando o auxílio deste espaço para o incentivo do hábito de leitura e aprendizagem, mas também realçando os desafios para sua manutenção e bom funcionamento.

3.1- O percurso milenar das bibliotecas

A biblioteca, desde os primórdios de sua criação é uma instituição atravessada por diversas mudanças na sua trajetória, como espaço que contribuiu para o desenvolvimento das grandes civilizações da nossa história, e como explica a autora Lucia Helena Maroto (2009), a história da biblioteca surge com o nascimento dos livros por volta dos anos 5.500 AC, com a utilização da pictografia e seus sistemas de imagens, onde o homem da “pré-história” se baseou para formular maneiras de expressar a sua forma de ver o mundo e registrar fatos, momentos e acontecimentos que eram presentes no seu cotidiano.

Segundo Maroto (2009), o percurso é muito vasto de povos que naquele período histórico possuíam grande diversidade e expressão, como os Sumérios, povo da região da Mesopotâmia que é datado do ano de 3.200 à 3.000 a.C, e teve como principal contribuição a origem da escrita cuneiforme, tornou-se essencial para a formação da escrita que conhecemos atualmente, desta forma, é relevante apresentar várias bibliotecas que foram construídas pelos Sumérios, mas não limitando apenas eles, os povos Assírios e Babilônios também construíram bibliotecas no interior de sua coletividade.

É imprescindível pensar no papel do espaço da biblioteca, pois essa instituição tornou-se um espaço relevante para esses povos, já que era um local que contribuía para a formação intelectual das pessoas, mas também realizava o acolhimento de obras, como os livros que eram produzidos para serem lidos e interpretados pelos usuários deste local.

Destarte, é necessário salientar que a formação e a relevância da biblioteca foram vistas em várias civilizações da história e sobre suas temporalidades, se fortalecendo dentro do seio de sua formação e possuindo um caráter relevante para esses povos.

Conforme as proposições de Maroto (2009), os egípcios construíram várias bibliotecas que eram equipadas com inúmeros livros de história, matemática, religião, medicina, geografia e entre outros. Também é relevante destacar que o império sucessor ao Egípcio, a grande Alexandria, expandiu ainda mais a biblioteca, sendo considerada a maior e mais célebre da antiguidade.

Diante das contribuições de Maroto (2009), compreendemos que a biblioteca em si, transformou-se em um local muito importante para as civilizações antigas, onde os frequentantes desses espaços poderiam potencializar conhecimentos sobre todas as formas de pensar o mundo e a realidade que eram apresentadas a eles, contribuindo assim para formação do reconhecimento mais efetivo sobre a própria história.

Na Idade Medieval, a figura do espaço biblioteca da passou por algumas transformações, como explica Martins (2001) durante a Idade Média as bibliotecas eram divididas em 3, as monacais, as bibliotecas das incipientes universidades e por fim as denominadas bibliotecas particulares.

Destarte, o autor Martins (2001) exemplifica que os mosteiros e conventos no período da Idade Média eram os produtores e receptores dos livros, todavia, apesar de ser um espaço que concentrava toda a produção histórica, também foram os mosteiros que muitas obras foram destruídas pela percepção religiosa que condenava as produções consideradas pagãs ou profanas.

Conforme aponta Martins (2001), a influência do império bizantino foi muito relevante para a formação do período da Renascença dentro do território da Europa Ocidental, pois o império bizantino, assim como no ocidente, era mantido por monges da igreja católica, entretanto, possuía uma prática mais liberal em relação a escrita considerada pagãs ou profanas. Diante da invasão Turca que ocorreu no ano de 1.453, a guerra provocou a migração dos monges bizantinos para o ocidente, e desta forma proporcionaram uma enorme difusão cultural.

Neste sentido, é imprescindível pensar que a influência imposta pela chegada da cultura bizantina através da migração, pois ela possuía formas de pensamento helênicas, que posteriormente tornaram-se essenciais para a formação do período

renascentista, proporcionou muito mais do que o reconhecimento da cultura Romana, mas também a existência da cultura Grega, que até então era desconhecida da Europa Ocidental.

Outro ponto importante para a evolução da biblioteca é a criação das universidades, ainda no período da idade média, sendo as primeiras universidades como uma continuação ou prolongamento da cultura eclesiástica, sejam elas de ordem franciscana ou dominicanas.

Nessa passagem histórica, entendemos que a biblioteca como espaço de acesso ao público passou por mudanças significativas, o acesso ao livro até então fora restrito a crenças religiosas que limitaram as informações.

Diante desse processo, Maroto (2009) explica que o surgimento da biblioteca universitária, aliada ao surgimento da imprensa na segunda metade do século XV, permitiu ainda mais a polarização de ideias com relação aos dogmas da Igreja Católica. Com a difusão por meio da criação do papel, conseqüentemente a ampliação de topografias, contribuíram para a definição de uma sociedade com mais escritores e um público maior de leitores, ainda que restrito a um público aristocrático, e, de certa forma, essas transformações também influenciaram a criação de bibliotecas em muitos países da Europa.

No que tange esses aspectos, para atingir os objetivos da pesquisa, nos propusemos a realizar uma retrospectiva sobre a construção e o desenvolvimento das bibliotecas em diferentes épocas, propiciando uma compreensão panorâmica sobre a formação desses espaços, além de evidenciar a potencialidade da leitura como aspecto relevante para a formação dos sujeitos em diferentes temporalidades e espaços, e considerando como fator positivo para aquisição de conhecimentos advindos do hábito da leitura, portanto, consideramos a leitura como necessidade para o despertar crítico e transformador do sujeito na sociedade em que vive.

3.1.1. O papel da leitura na formação dos leitores: uma perspectiva histórica

A leitura é um hábito que pode construir o desenvolvimento do saber, individualizado que contribui de maneira efetiva para a compreensão de mundo, através do reconhecimento dos símbolos linguísticos que aprendemos dentro do processo de alfabetização escolar. Portanto, é necessário que os processos de

efetivação da leitura sejam construídos sobre as noções de mundo e a trajetória de vida dos leitores.

Durante o decorrer dos aspectos históricos, a leitura e a escrita passaram por várias transformações até chegar na compreensão que temos atualmente, assim como as formas de se ler modificaram desde a primeira atribuição de sentido aos símbolos linguísticos. Como explicam os autores Chartier e Cavallo (1998), no período Helenístico, é perceptível a ligação mais próxima da leitura de forma oral, pois a cultura valorizava a palavra falada, a escrita só teria sentido se ela mirasse a leitura de forma oralizada.

Sobre esta assertiva acima, tivemos a importância do teatro para a alteração da prática de leitura, advindo dos tradicionais Gregos que tinham como base na formação da leitura a sua voz ativa para reconhecer a sequência gráfica do texto escrito, ou seja, era preciso que houvesse sonorização para que a leitura possuísse sentido. Além disso, ainda que com menos ênfase, também houve a utilização da leitura silenciosa, que consiste na importância do instrumento escrito para o sentido da leitura. Desta forma, o leitor passa a entender a noção do que o texto escrito apresenta, sem que haja uma intervenção da voz. (CAVALLO, CHARTIER, 1998)

Como apresenta Chartier e Cavallo (1988), as influências da leitura oralizada e silenciosa ultrapassou as fronteiras do período helênico, chegando a ser uma característica de diferença do império bizantino em relação à idade média Ocidental. No império Bizantino o incentivo da leitura baseia-se no incentivo ao ensino público e privado e do elementar e superior. Desta forma, era importante que antes de ingressar nas ordens religiosas as pessoas soubessem ler e escrever, e a utilização do livro estimulava a leitura meditada e reflexiva do seu conteúdo. Além do mais, em Bizâncio utilizava-se o método da leitura oralizada ou de voz alta, adquirida pelos leitores clássicos Greco-romano.

Ainda segundo Chartier e Cavallo (1998), percebemos algumas mudanças ocorridas a partir do século IX ao XIV, com a formação da escolástica, principalmente com o aumento do nível de escolarização e alfabetização desse período, houve a alteração da forma de praticar a leitura e a escrita, ambas eram pensadas de forma separadas, acabam por se tornar um nexos orgânico inseparável. Contudo a leitura também sofreu bastante impacto neste período, saindo de uma perspectiva concentrada e meditada de números limitados de livros, para uma leitura de fragmentos e de muitos livros.

Outrossim, a forma de leitura cortês que surge durante este período sofre alguns processos de mudanças, os livros acabam por se tornar uma forma de entretenimento para o príncipe e a aristocracia europeia, transcendendo o seu papel de leitura e se tornando o símbolo de uma vida culta e refinada. Os livros também se tornam um enfeite que representa esse modo de vida adotado por eles, que propõe relembrar o esplendor de sua corte. (CAVALLO, CHARTIER, 1998, p.25).

Portanto, diante da perspectiva histórica apresentada, podemos perceber que a leitura vem passando por várias modificações durante o passar do tempo, e até hoje a prática de leitura e escrita são fundamentais para o reconhecimento do exterior através de uma visão crítica no ato de ler.

3.2. Trajetória da biblioteca no território Brasileiro

No território Brasileiro é possível salientar no primeiro momento a figura da biblioteca de mosteiro. Como aponta Santos (2010), o nosso país contava com bibliotecas nos mosteiros e conventos, e também possuía colégios com uma índole religiosa, desse modo a qualidade e variedades dos livros que eram trazidos de Portugal até o Brasil eram escassos devido a inquisição Católica imposta sobre a criação da topografia.

Ainda como explica Santos (2010, p.53)

Na passagem do século XVII para o XIX, a leitura e os livros foram tomando espaço no Brasil. Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente, um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a ser lidos e debatidos.

Com a proliferação do livro como um item relevante na sociedade Brasileira, o papel da biblioteca ficou mais evidente em nosso país, causando a necessidade de se construir espaços cada vez maiores que pudesse abarcar as novas demandas de leitores que crescia no seio social brasileiro, como um local propício para a formação intelectual e a realização de debates.

Portanto, a partir dessas formas de pensar a biblioteca no Brasil, este local se tornou ainda mais relevante na sociedade com a transferência em 1808 da corte portuguesa, com a rainha D.Maria I, Dom Pedro I e de todos os membros da família real para o Rio de Janeiro, devido a iminente invasão das tropas Napoleônicas a capital de Portugal, onde a realeza residia.

Conforme diz Santos (2010), além da presença física da família real, os Portugueses trouxeram também uma vasta influência e promoveram o desenvolvimento cultural, foi trazido com eles um vasto acervo de obras de muita riqueza intelectual que contava com livros, manuscritos, estampas, moedas, que deram início para o avanço da construção da Biblioteca Nacional que fora construída no Rio de Janeiro. Todavia, como aponta Suaiden (2006), a formação da biblioteca nacional no Rio de Janeiro não significou disponibilidades de acervos para toda sociedade.

No entanto, para Suaiden (2006), a visão sobre a biblioteca está ligada a uma dinâmica que acabou transformando esta instituição em espaço negativo. Portanto, é necessário compreender que a biblioteca se tornou um ambiente paradoxal, voltado a uma elite específica que utilizava os acervos e as ferramentas ali presentes, ou vista como um local de castigo para os alunos.

3.2.1 A biblioteca escolar no Brasil

Segundo Suaiden (2006) a biblioteca dentro dos espaços escolares não assumiu o papel de protagonista para a sociedade brasileira, pois a falta de iniciativas pelo poder governamental e a falta de realização de leituras no ambiente, que eram raras e difíceis de serem produzidas, tornaram conseqüentemente a biblioteca como um papel secundário no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Suaiden (2006, p.55):

Era normal e até compreensível que o acesso ao livro não fosse uma preocupação governamental. O governo estava mais preocupado em construir escolas, formar e contratar professores. A biblioteca escolar passava despercebida no processo de ensino-aprendizagem. Falta de livros, profissionais e de uma consciência sobre a leitura fazia a biblioteca escolar ser sempre incluída nas últimas prioridades.

Dessa maneira, com incentivo para a construção de escolas, o papel da biblioteca foi sendo esquecido nas atividades escolares, deixando de ser pensadas como um espaço que pudesse auxiliar de maneira efetiva o processo da aprendizagem, por isso local não ganhou investimentos financeiros e estruturais para que pudesse abarcar essas práticas.

Transmitindo para a nossa realidade, o contexto representativo das bibliotecas ainda carece de debates e estudos sobre o seu funcionamento dentro dos

ambientes escolares no Brasil. É necessário compreender a educação como norte principal na formação de novos cidadãos atuantes, e dentro desse processo educacional a biblioteca ainda está distante de cumprir com eficácia o seu papel nas instituições.

Segundo o Censo Escolar do ano de 2020, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), os dados dizem que as infraestruturas das bibliotecas nas escolas brasileiras aumentaram exponencialmente nos últimos 13 anos. Todavia, ainda há percalços a serem superados, como apresenta os dados desse Censo, pois 41,4% das escolas das redes do ensino fundamental possuem bibliotecas escolares, praticamente a metade do valor observados se comparados com as redes privadas que possuem (80,5%) e estadual (81,4%).

Pelos dados apresentados no Censo, percebemos o real valor da biblioteca como uma instituição presente na escola como espaço de auxílio para a formação de uma educação mais próspera, valorizando ainda mais as atividades pedagógicas realizadas pelos professores.

Portanto, a biblioteca não deve ser pensada como um núcleo distinto da escola ou como um local isolado e atípico, quando na verdade ela pode se tornar um grande alicerce para a formação social e acadêmica dos discentes. Desta forma, a criação de uma nova mentalidade a respeito da biblioteca poderia retirar a mística criada de que esse local serve apenas para depositar livros e outros materiais.

Se comparado ao Censo Escolar de 2010, é perceptível ver a expansão das bibliotecas escolares em todo Brasil, como apresenta os dados do censo escolar de 2010, apenas 30,4 % das escolas possuíam um espaço bibliotecário, e após 13 anos, percebemos que nas instâncias privadas e estaduais, esses números passam dos 80% de escolas atendidas, promovendo assim a compreensão do alcance desses espaços para fomentação de ensino escolar de maior qualidade para os alunos. A partir dessas informações, podemos perceber que há um aumento considerável de bibliotecas espalhadas pelo território nacional, presentes nas escolas de todas as redes, sejam elas públicas ou privadas, refletindo um avanço da percepção como um espaço necessário para formação escolar.

3.2.2- Desafios para a manutenção dos Espaços Bibliotecários nas instituições de ensino.

O processo de expansão das bibliotecas escolares muito se deve à Lei 12.244 que foi um marco exponencial para a universalização deste espaço. Essa lei foi promulgada no dia 24 de maio de 2010 e consiste na aproximação dos alunos que são muitas vezes excluídos do acesso à leitura, possuírem um contato mais direto com os livros, o que atesta a própria Lei, em seu parágrafo único:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010)

Ainda que a Lei 12.244/10 prevê a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, estabelecendo um prazo máximo de dez anos conforme o Art. 3º desta mesma Lei, e a supervisão obrigatória do bibliotecário em todas bibliotecas, conforme a Lei 9.674/98, a sua efetivação ainda encontra-se em processo, na medida em que se observa a ausência destes espaços na maior parte das escolas brasileiras, conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que indicam que das 180 mil escolas brasileiras, 98 mil ou 55% não tem biblioteca escolar ou sala de leitura (Fonte: Agência Câmara de Notícias) ¹

Com o advento da sociedade de informação, os conceitos que conhecemos sobre biblioteca escolar se multiplicam e desenvolvem fortemente ao passar dos anos, e essas modificações adquiridas no que se refere às novas formas de pensar o mundo e principalmente a educação, nos moldam a refletir sobre este local com horizontes mais ampliados.

A escola também é motivo de reflexão dentro do processo de valorização das bibliotecas, o ambiente da escola precisa acompanhar o desenvolvimento de tal forma que as duas instâncias cumpram o objetivo de disponibilizar conhecimentos e ferramentas pedagógicas para a propagação do hábito de leituras e pesquisas entre seus alunos.

Reitera-se a importância das bibliotecas no contexto das escolas por considerar-se que neste espaço é possível desenvolver o letramento para a

¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>. Acesso em: 01/06/2023.

superação de sujeitos pouco alfabetizados, bem como para a formação de novos leitores. É neste espaço onde ocorre o primeiro despertar dos discentes para as novas atividades relacionadas à leitura, torna-se o primeiro momento da familiarização com a escrita, sendo o ambiente escolar, grande potencializador ao desenvolvimento desta comunicação, mas também do conhecimento sobre as percepções de mundo.

Como apresenta o PISA do ano de 2018:

O letramento em Leitura inclui uma ampla variedade de competências cognitivas e linguísticas, desde a decodificação básica até o conhecimento das palavras, da gramática e das estruturas linguísticas e textuais mais amplas necessárias para a compreensão, bem como a integração de significado com o conhecimento de mundo. Também inclui competências metacognitivas: a consciência e a capacidade de usar uma variedade de estratégias apropriadas ao processar textos. As competências metacognitivas são ativadas quando os leitores pensam, monitoram e ajustam sua atividade de leitura a um objetivo específico. (PISA, 2018, p.51-52)

Como cita a autora Maria Helena Martins:

Saber ler e escrever, já entre os gregos e romanos, significava possuir bases de uma educação adequada para a vida, educação essa que não só visava os desenvolvimentos das capacidades intelectuais e espirituais, como das aptidões físicas, possibilitando aos cidadãos integrar-se efetivamente à sociedade, na classe dos senhores e homens livres. (MARTINS, 2005, p.24)

Constata-se que a aptidão da leitura e do saber ler, é algo relevante não apenas dentro do âmbito escolar na decifração da escrita, mas sim pautado para a vida do indivíduo e da sua integração aos meios vigentes da sociedade, tal como as ações culturais, políticas e também sociais, formando assim, competências necessárias para compreensão dos aspectos da atualidade e poder atuar de maneira positiva.

A Instituição escolar é o local em que estimula e acredita-se que as práticas, tanto de escrita, quanto de leitura sejam ainda mais aprofundadas dentro desse ambiente, mas também é importante salientar que a formação do letramento entre os alunos, também é capacitado em toda sua trajetória de vida, pertinente em suas experiências e incentivos

Portanto, ainda segundo a autora Maria Helena Martins (2005) o papel da leitura até os dias atuais não é uma prática assegurada ou que ocorre de maneira natural, pois assim como os antigos, o saber “ler” é um privilégio delegado a uma pequena parte dos cidadãos. Este aprendizado era conseguido através de um ensino rígido construído através do passo a passo, e essa prática, segundo a autora ainda persiste dentro da nossa realidade, pois apesar dos avanços periódicos que

ocorreram no mundo, dentro de muitas escolas ainda há a reprodução de uma educação formalista, baseadas na decifração de símbolos e na decoreba, portanto, dificultando assim a ampliação sobre o significado da leitura.

Como apresenta os autores Egon de Oliveira Rangel e Roxane Helena Rodrigues Rojo (2010), o nosso país nos últimos 7 anos, reduziram o analfabetismo, causado principalmente pela ampliação universal da escolaridade, mas ao mesmo tempo nos testes de aptidão que incentivam a decodificação das palavras, acabam falhando na habilidades e competências relacionadas à leitura. (ROJO, RANGEL, 2010, p.19)

Portanto, a influência do incentivo à leitura volta-se ao processo de formação dos novos leitores, atribuindo um sentido mais amplo em relação às práticas e o hábito da leitura, contribuindo para que os alunos presentes na escola brasileira compreendam não apenas os símbolos linguísticos, mas que possa entender o que está sendo apresentado pelo autor do texto.

Conforme pontua Martins (2005, p.23) “Prevalece a pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem colocar o porquê, como e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, seu papel na vida do indivíduo e da sociedade”. Conforme esta citação, é necessário que haja entre os educadores o incentivo aos alunos sobre o que está sendo escrito, propagando o questionamento e o sentido crítico dos discentes durante a leitura e interpretação.

Portanto, o advento da leitura se aplica a partir do conhecimento dos alunos, que são adquiridos pelas suas experiências de mundo, aquilo que é apresentado durante suas vivências e que se agregam com a habilidade de decodificar as palavras.

Entretanto, é necessário perceber que o desenvolvimento do hábito de ler precisa andar lado a lado com o ato da decodificação dos símbolos linguísticos presente no texto escrito. Muitos alunos dentro do ambiente da escola praticam a leitura apenas focando na decifração das palavras, mas muitos não entendem ou compreendem aquilo que leu, perdendo assim o censo de criticidade que o hábito de ler pode proporcionar aos alunos.

Como apresenta Cassia Furtado e Lídia Oliveira

Além do que, a questão da cidadania também passa pelo domínio da leitura e escrita. O analfabeto funcional, compreendido como a pessoa que apesar de alfabetizada na escola não é capaz de entender e produzir textos, encontra dificuldades para fazer uso efetivo da leitura e da escrita nas diversas esferas da sociedade atual. (FURTADO, OLIVEIRA, 2010, p.15)

Como pontua Delaine Cafiero, faz-se necessário

Conceber a leitura desse modo muda radicalmente a forma de pensar e de organizar o seu ensino. Se os sentidos não estão prontos no texto, é preciso contribuir para que os alunos criem boas estratégias para estabelecer relações necessárias à compreensão. Não adianta mandar o aluno ler dizendo-lhe: “Leia porque a informação está aí”. Muito menos adianta mandar abrir o livro didático e copiar o texto que lá está. Isso não é aula de leitura. A realização de cópia é mera atividade motora, não favorece o entendimento do texto. (CAFIERO, 2010, p.86)

Diante do que foi posto pela autora, a construção de uma visão crítica durante a prática da leitura está atrelada ao processo de questionamento e problematização do que está escrito no texto da leitura, portanto é necessário conceber a leitura para que os discentes consigam formas ou estratégias próprias de discernimento necessário para a compreensão.

Sendo assim, esta autora ressalta que:

Essa nova concepção de leitura pressupõe o outro, os outros. Há um componente social no ato de ler. Lemos para nos conectarmos ao outro que escreveu o texto, para saber o que ele quis dizer, o que quis significar. Mas lemos também para responder às nossas perguntas, aos nossos objetivos. (CAFIERO, 2010, p.87)

Portanto, podemos constatar que o hábito da leitura se torna uma relação mútua de conhecimento e conexão com o autor do texto lido, com suas interpretações e sua visão sobre determinado conteúdo, mas também é necessário compreendermos que há uma resposta dos nossos próprios objetivos, de acordo com nossos próprios desejos.

De acordo com Maria Helena Martins:

Seria preciso, então, considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido. (MARTINS, 2005, p.30)

Como apresenta Maria Helena Martins:

Considerando as colocações acima, a leitura se realiza a partir do diálogo do leitor com o objeto lido- seja escrito, sonoro, seja um gesto, uma imagem, um acontecimento. Esse diálogo é referenciado por um tempo e espaço, uma situação desenvolvida de acordo com os desafios e as respostas que o objeto apresenta, em função de expectativas e necessidades, do prazer das descobertas e do reconhecimento de vivências do leitor. (MARTINS, 2005, p.24-33)

Destacando a importância da propagação da leitura, a escola aparece como uma instituição efetiva para o desenvolvimento do hábito de ler, onde muitas vezes os

alunos e futuros leitores possuem o primeiro contato com os livros e com o aprendizado dos símbolos linguísticos, segundo a autora Delaine Cafiero:

Um compromisso a ser assumido pela escola é o de possibilitar ao aluno a aprendizagem da leitura dos diferentes textos que circulam socialmente. A leitura de jornais, revistas, livros e o contato com teatro, cinema e música alargam os limites da mente e das possíveis leituras de um mesmo objeto. (CAFIERO, 2010, p.88)

É inegável que a escola para oferecer ao aluno diferentes textos para leitura, ela necessita ter um espaço que contenha todo este acervo, ou seja, uma biblioteca. E como explica Nunes e Santos (2020) a biblioteca muitas vezes não tem o espaço reconhecido dentro do ambiente escolar, e acaba sendo conhecido como um espaço de punição ou reprodutora de castigos, contribuindo assim para o distanciamento dos alunos.

Portanto, como explica as autoras Nunes; Santos (2020, p.5)

A biblioteca escolar precisa ser reconhecida pelo professor e por toda comunidade escolar como uma unidade rica em informação e conhecimento e não como uma sala de castigo ou depósito de livros. Desta forma, pode-se dizer que a biblioteca escolar existe para atender as necessidades informacionais dos alunos, professores, coordenadores, enfim de toda a comunidade escolar.

A partir das questões apontadas pelas autoras, é ainda mais importante criar a mentalidade da importância da biblioteca para o desenvolvimento dos alunos, mas também de toda a comunidade escolar. A sua criação na escola está pautada em atender as necessidades informacionais de todos os indivíduos e servir como um alicerce para o desenvolvimento das práticas de leituras e reflexão.

Todavia, ainda segundo Nunes e Santos (2020), é necessário que haja a interação mais próxima entre o bibliotecário e os professores para que possam possibilitar práticas para o incentivo de leituras e a utilização mais frequentes da biblioteca, contribuindo para a criação de propostas pedagógicas que aproximem a biblioteca do planejamento pedagógico da escola.

Ainda sob a perspectiva de Nunes e Santos (2020), é profundamente necessário salientar que a responsabilidade da biblioteca não pode se basear apenas como uma instituição que disponibiliza empréstimos de livros, mas sim que também preza pelas suas funções educativas, onde possibilita o acesso a obras literárias que atendam não só a necessidade das disciplinas escolares, mas também oportunize a criação de novos leitores.

Portanto, no ambiente escolar, a biblioteca deve ser compreendida como um local que preste auxílio necessário à busca dos diferentes sujeitos da comunidade escolar, contribuindo positivamente na produção de conhecimento e na distribuição de informações relevantes. Se no interior das instituições escolares prezam pelo bom funcionamento da biblioteca, as visões negativas que foram apresentadas anteriormente podem ser substituídas por um olhar mais fraterno e aprazível.

Corroborando com as proposições de Nunes e Santos (2020), é primordial que os alunos compreendam desde cedo a relevância das informações contidas nos acervos bibliotecários, pois, dessa forma cria margem para a formação de leitores mais reflexivos que podem desenvolver o hábito de frequentar esses espaços com maior regularidade e contribuir para a melhoria no desempenho das atividades escolares em todo o território brasileiro.

O conceito de biblioteca escolar apesar de ser debatido ainda é pouco conhecido, por isso se faz necessário apresentar suas diversas denominações como por exemplo: Biblioteca, sala de leitura, cantinho de leitura, biblioteca expandida e entre outras denominações.

Desta forma, o conceito de biblioteca precisa ser pensado cada vez mais ampliado, superando a ideia de ser apenas um espaço possuidor de acervos para informações que pode ser acessado sempre que for necessário, mas sim como uma instituição que promova a leitura como um hábito para a reflexão sobre essas temáticas que são recorrentes no dia a dia.

Nesse sentido, a diretriz que traça o perfil das bibliotecas escolares nas escolas de diferentes regiões e países encontram-se expressas no manifesto IFLA/UNESCO que fora promulgado no ano de 1999, afirmando que a principal missão da biblioteca escolar é servir de apoio a aprendizagem realizada nas instituições, através dos livros, com o objetivo de promover a criação de alunos com maior nível de criticidade em relação a trajetória de vida de cada indivíduo, contribuindo para formação de cidadãos mais responsáveis.

No manifesto IFLA/UNESCO (1999) determina como missões da biblioteca escolar, sendo eles:

- apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;

oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
 apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
 prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas idéias, experiências e opiniões;
 organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade; trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
 promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor. (IFLA UNESCO, 1994, p.2-3)

Portanto, diante das missões que são apresentadas pelo Manifesto do IFLA/UNESCO, podemos perceber que o trabalho em conjunto entre as bibliotecas escolares, a instituição de ensino e os indivíduos pertencentes a comunidade escolar podem representar passos mais importantes para o aumento da qualidade do ensino em nosso país, incentivando alunos e professores a frequentar este espaço para realização de debates e reflexões sobre conteúdos ou assuntos relevantes para o crescimento intelectual, de maneira constante e não de forma esporádica ou punitiva.

3.3. As bibliotecas escolares e os desafios da lei 10.639/03: A presença ou ausência de textos de autoria africana e afrodiáspórica

A biblioteca escolar é um espaço necessário para difusão do conhecimento dentro das instituições de ensino, tornando-se essencial para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos dos discentes matriculados, mas também de professores para utilização de métodos ou planejamentos de aula. Diante disso, o espaço da biblioteca se torna essencial para a difusão e cumprimento das diretrizes apresentadas pela lei 10.639/03.

No entanto, ainda que a Lei verse sobre a obrigatoriedade de ensinar a história, a cultura, as literaturas africanas e a afro-brasileira, a sua efetivação acaba recaindo nas próprias escolas para buscarem os caminhos para a criação de uma sociedade que lute contra o racismo e os preconceitos relativos ao continente africano e suas populações, sendo a escola o centro das estratégias de ações para essa sociedade mais igualitária.

A lei não informa apenas que devemos falar sobre a cultura africana e afro-brasileira, mas inclui conteúdo sobre a luta dos negros e a presença desse sujeito na formação da sociedade nacional. Ou seja, o texto traz uma mensagem metalinguística: a lei criada a partir da luta dos movimentos negros garante que se discuta nas aulas das mais diversas disciplinas questões da luta do povo negro no Brasil. (BARROS, 2018, p.26)

Para o atendimento destas prerrogativas legais, se faz necessário a presença de textos de autoria africana e afrodiaspórica, produções significativas para a reflexão sobre o lugar de fala da história, cultura e literatura dos povos negros, viabilizando a aproximação das raízes culturais de diferentes indivíduos e de diferentes regiões para o aprendizado dos estudantes. Nesse sentido, a maior fragilidade que se encontra as escolas são essas ausências sobre a África como matriz da arte e ciência, o que pode vir a contribuir, também, para uma educação antirracista.

Com base nas ideias de Barros (2018), não são apenas os textos africanos que podem atribuir esse caminho para a efetivação desta lei, mas pensar em textos brasileiros de autoria negra com temáticas relacionadas às africanidades ou outras que sejam pertinentes a essas discussões. O propósito é o atendimento dos objetivos de valorizar as literaturas e as culturas africanas e afro-brasileiras, bem como o conhecimento produzido pelos africanos do continente e da diáspora.

Conforme é apresentado no texto História e Cultura Afro Brasileira: um olhar sobre a lei 10.639/2003 nas bibliotecas escolares. “Entretanto, ampliamos o conceito de biblioteca escolar para além da viabilidade de materiais educacionais, mas, como uma instituição cujo papel é incentivar a leitura e a reflexão de textos escritos ou não para a compreensão completa e atribuição de significação na íntegra.” (SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2014, p.4).

Neste sentido, o desafio é produzir dentro das escolas a importância de pensar a biblioteca escolar como um espaço abrangente e que pode estimular de forma eficiente a educação de jovens estudantes, incentivando a formação intelectual dos leitores e possibilitando o enriquecimento das práticas de leitura.

Segundo Silva, Bernardino e Silva (2014, p.2)

O papel de mediadora da informação é inegável à biblioteca escolar, uma vez em que esta atua como um lugar para a difusão dos saberes. A biblioteca escolar deve ser vista como uma ferramenta na difusão do conhecimento, por possuir meios para o aprendizado, a autonomia das decisões e principalmente o crescimento social, contribuindo para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

Desta forma, temos a compreensão sobre o papel indispensável da biblioteca dentro da escola, proporcionando a difusão dos saberes através dos livros e

informativos, transformando-se em um local onde discentes e docentes podem exercer a reflexão sobre temáticas que são extremamente importantes em nosso cotidiano.

Entretanto, mesmo com as metas determinadas pelo manifesto da IFLA/UNESCO promulgado no ano de 1999, entendemos que muitas bibliotecas no país não possuem ou não seguem o padrão pré-estabelecido pelo manifesto, seja pela falta de investimentos públicos, seja pela própria importância dada pela gestão escolar, motivos pelos quais podem causar dificuldade na manutenção desses espaços e conseqüentemente a baixíssima frequência de alunos neste ambiente.

Compreendemos que a biblioteca vem passando por mudanças significativas para proporcionar aos alunos e professores um acesso mais amplo de materiais que potencialize debates importantes da atualidade. Desta forma, o centro das discussões sobre a relevância do seu acervo para o bom desempenho das atividades no interior das escolas e como torna-se fundamental para o auxílio do processo educacional é pertinente na medida que pensamos sobre esses espaços submetidos a um certo abandono a nível de gestão e a falta de recursos financeiros.

Desta maneira, o abandono e a falta de recursos do poder público podem causar déficits bem significativos no desempenho da biblioteca, como explica Silva, Bernardino e Silva (2014, p.5)

Apesar do abandono do governo brasileiro não somente a escola, mas a todo setor da qual a mesma está inserida como o caso da biblioteca, existe todo um processo histórico de luta para melhorias desses espaços, legislações foram criadas, movimentos foram realizados. Entretanto, a problemática ainda continua, as bibliotecas continuam sem bibliotecários e sem condições efetivas de funcionamento.

A falta de recursos financeiros para as bibliotecas ainda é insuficiente para a sua manutenção, mesmo com várias lutas e movimentos políticos que buscaram garantir melhorias para o seu bom funcionamento. Entretanto, percebe-se que em várias escolas distribuídas pelo território nacional não possuem uma figura ou alguém que possa realizar a gestão e organização da biblioteca.

Segundo Silva, Bernardino e Silva (2014, p.4)

Neste sentido, vive-se entre dois paradoxos: a necessidade e reconhecimento da importância do bibliotecário para a gestão da biblioteca escolar; e a falta de reconhecimento por parte das autoridades e até mesmo do núcleo gestor da escola sobre a atuação desse profissional.

É importante salientarmos que o trabalho do bibliotecário é motivo de reflexão e análise. O trabalho desse profissional é representado muitas vezes apenas como

“guardadores de livros”, sendo ignorado o seu trabalho técnico, a circulação dos materiais, a política de desenvolvimento dos acervos, além do papel social que é atribuído por ele para tornar este ambiente mais sucessível às práticas de leituras, e respeito a diversidade étnico e cultural presente na escola.

Em síntese, a biblioteca torna-se um ambiente escolar fundamental para os estudos desenvolvidos para o bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento mais efetivo dos conteúdos que são determinados pela lei 10.639/03. Além do mais, esses estudos nos mostram como são distribuídos os acervos de livros sobre os conteúdos determinados pela lei, e se eles possuem informações relevantes para a inclusão efetiva das comunidades negras no Brasil.

É através da disponibilidade dos acervos recebidos nas instituições escolares que poderão ser utilizadas pelos professores com o objetivo de proporcionar aos alunos uma visão mais contundente sobre os aspectos culturais e sociais presentes em nosso território. Promovendo o acesso a esses acervos no interior da biblioteca possibilita aos docentes e discentes novos meios para compreender a história da comunidade afro-brasileira e africana, mas também promove o conhecimento sobre si próprio e como a diversidade étnica é presente em nosso cotidiano.

Contudo, é necessário que os ambientes escolares possam incentivar a ida dos discentes à biblioteca para a realização de leituras e promover debates críticos sobre os conhecimentos determinados pela lei 10.639/03, que contemplam o respeito sobre todas as formas e manifestações da cultura africana.

Portanto, a pesquisa sobre a utilização das bibliotecas nas escolas tem um papel fundamental para a percepção dos discentes, não apenas sobre a estrutura do espaço físico e a necessidade da biblioteca no auxílio de suas demandas na formação acadêmica, mas de como a escola e sua comunidade tem desempenhado a utilização desse espaço enquanto local que agrega conhecimentos e ferramentas que poderá oferecer contribuições para as práticas pedagógicas adotadas por seus educadores.

Deste modo, entendemos que a formação de futuros leitores, passa pela responsabilidade da escola e também dá família.

Desta forma, professores e a escola devem agir de tal forma que inclua os pais para o acompanhamento da evolução da leitura dos seus filhos.

A ausência da prática de ler nas residências dos alunos, contribui para baixo desenvolvimento da compreensão dos discentes em relação ao conteúdo escrito. Portanto, a inclusão dos pais e da família nesse processo, poderá romper essa realidade, tornando a leitura um hábito familiar, e com isso haverá construção de

leitores cada mais críticos e empenhados com essa prática.

4. A biblioteca do Centro de Ensino Santa Teresa: Seu papel na aplicação da lei 10.639/03

Com base no que foi dito, é de importância inquestionável que o ambiente escolar proporciona aos discentes acessos a materiais que estejam ao alcance dos estudantes para sua utilização dentro desse espaço, pois esta ação causa estímulo mais efetivos para a prática da leitura, expandindo esse hábito para horizontes além da escola, sendo um hábito contínuo para formação cidadã.

Ainda segundo Cafiero (2010), o trabalho com a leitura dentro das escolas precisa proporcionar um maior acervo de livros e textos que possam desenvolver uma proximidade dos alunos com todos esses materiais:

Trabalhar com a leitura na sala de aula, visando contribuir para aumentar o grau de letramento do aluno, exige uma atenção cuidadosa à seleção e indicação de suportes de leitura. Isso porque, devido às condições sociais de grande parte das famílias do País, será na escola e pela escola que muitos alunos poderão ter acesso aos diferentes textos da cultura letrada em seus suportes originais, como jornais, revistas, livros, enciclopédias, dicionários e outros. (CAFIERO, 2010, p.95)

Portanto, entendemos que a utilização dos materiais nesse processo torna-se relevante, constata-se que muitos alunos não possuem a leitura como prática recorrente em seu cotidiano, por diversos fatores esses acervos precisam ser um estímulo para os alunos.

Diante dessa constatação, é importante salientar a importância da família para a difusão da leitura de maneira enfática nas residências em todo país. Como apresenta Cassia Furtado e Lídia Oliveira:

A parceria com a família do educando é essencial, mas torna-se numa preocupação, uma vez que, em grande maioria, os pais não se constituem leitores, não sabem trabalhar o texto literário com as crianças e o livro de literatura não se faz presente no ambiente familiar. A razão para essa realidade decorre que também não foram incentivados na idade escolar, fechando assim um ciclo (FURTADO, OLIVEIRA, 2010, p.15)

Desse modo, é perceptível que em nossa sociedade o hábito de praticar a leitura é baixo, pela pouca difusão dentro das escolas e muitas vezes apresentando a leitura como algo maçante e punitivo, contudo, é necessário também formalizar o papel da leitura propagando-a para além do ambiente escolar, por isso é necessário a aproximação entre os educandos e os familiares, para que a leitura seja mais difundida e apreciada entre os membros da família, tornando-se um incentivo a mais aos discentes.

A partir desse suporte, a biblioteca escolar aparece como ponto necessário para a aplicação de projetos de leituras, principalmente com o aumento significativo dos espaços em todo Brasil, com o acréscimo de acervos disponibilizados.

A biblioteca é um espaço na escola que detém a disponibilidade dos livros de literatura, mas também de dicionários, que podem ajudar e auxiliar tanto os alunos, quanto os professores em relação às práticas de leituras. Outro material apresentado é em relação ao livro didático como um estímulo para a formação de leitores e o hábito de leituras. (CAFIERO, 2010, p.95)

A partir das citações, percebemos que os livros didáticos apesar de possuírem ideologias dos seus criadores, ainda podem se tornar ferramentas expressivas e interessantes ao auxílio e incentivo para com a leitura nas salas de aulas.

Diante disso, Delaine Cafiero (2010) no texto *Língua Portuguesa*, destaca que os livros didáticos podem se tornar um auxílio importante para o desenvolvimento da leitura, e nesse processo é importante a participação efetiva dos professores na escolha dos livros, pois o direcionamento correto desta bibliografia poderá render até mais aprendizagens. Outro ponto abordado pela autora é a adequação efetiva dos livros didáticos ao planejamento escolar, sendo extremamente necessário para o incentivo da prática de leitura dentro das salas de aula.

Desse modo, a biblioteca e a boa utilização dos acervos e livros didáticos podem ser um auxílio importante para o desenvolvimento do hábito de ler entre os alunos presentes nas instituições escolares espalhados pelo nosso país. Como apresenta as autoras Cassia Cordeiro e Lídia de Oliveira:

Assim, percebe-se a importância da biblioteca escolar no incentivo a leitura, não só da leitura didática, mas também, a leitura como entretenimento e prazer. Não se trata somente de complemento à aprendizagem formal realizada na sala de aula, mas também, e principalmente, trabalhar num contexto dinâmico e interativo, proporcionando acesso à literatura e oportunizando a leitura prazerosa. (FURTADO, OLIVEIRA, 2010, p.16)

Diante do que foi exposto, constatamos que a importância e a influência da leitura na formação dos discentes e na construção de futuros cidadãos, de acordo com uma leitura mais apurada dos acervos disponibilizados na escola os professores podem abordar conteúdos que são determinados na lei 10.639/03.

A bibliotecária com a comunidade da escola, podem estimular o acesso mais contínuo a esses espaços para o uso dos acervos disponibilizados, afim de contribuir de forma efetiva para a validação da habito da leitura e incentivando o conhecimento crítico de literaturas ou histórias referentes aos povos Afro Brasileiros e Afrodescendentes para que crie uma percepção mais criteriosa sobre sua cultura, e contribuições para a formação da nossa sociedade.

4.1 A biblioteca escolar do C.E. Santa Teresa e a utilização dos acervos para a importância da leitura

A Biblioteca interativa Ana Maria Patelo Saldanha, localizada no C.E Santa Teresa tem como objetivo prestar serviços de informação e pesquisa para toda a comunidade escolar, contribuindo para melhoria do processo de ensino. A biblioteca está aberta para o livre acesso dos discentes e docentes para que se realize atividades de leituras e pesquisas promovendo efetivamente o trabalho pedagógico realizado na escola.

Foto 1- Espaço interno lado esquerdo da Biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha



FONTE: Do autor, 2023.

No que diz respeito às normas de empréstimos, a escola permite que apenas estudantes devidamente matriculados na instituição possam solicitar livros que se encontram na biblioteca utilizando a carteirinha pessoal. Entretanto, em situações específicas, estudantes poderão sofrer punições em caso de roubos, perda ou danos, sendo o responsável obrigado a repor o material através de compra da mesma obra ou de obras semelhantes. Ou em caso de atraso na devolução do material, será cobrado uma taxa simbólica de R\$0,10 por dia para aquisição de novas obras.

4.1.2 Estrutura física da biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha

Analisando o ambiente interno da biblioteca Ana Maria Saldanha, podemos constatar que o espaço é composto por 7 estantes onde são colocadas as obras. A biblioteca também possui 6 mesas com suas respectivas cadeiras, onde os alunos podem se acomodar para estudar, realizar pesquisas ou ler as literaturas disponibilizadas.

Foto 2- Espaço interno lado direito da Biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha



FONTE: Do autor, 2023.

Apesar da biblioteca se localizar em um espaço fechado, ainda assim o ambiente é bem climatizado, pois possui um ar-condicionado e um ventilador que deixa o clima mais ameno e propício para que os estudantes, professores ou outros agentes escolares possam realizar suas atividades.

Mesmo possuindo um ambiente pequeno em proporção a quantidade de alunos, a biblioteca Ana Maria Patelo Saldanha é um ótimo espaço para o desenvolvimento da leitura entre os alunos. O acervo da escola compõe-se de mais de 300 obras que estão definidas entre livros, revistas, jornais, enciclopédias e ilustrações que ajudam no desenvolvimento do hábito de ler.

Constatamos pelo método de observação que no acervo da biblioteca há materiais que atendem as diretrizes da lei 10.639/03 que determina a inclusão de obras que valorizam e reconhecem a história das comunidades africanas e afrodescendentes, estimulando os discentes compreenderem e refletirem sobre as contribuições que essas populações trouxeram para a formação da sociedade brasileira.

4.2. O acervo da biblioteca do C.E. Santa Teresa na relação com a Lei 10.639/2003

Neste subtópico, apresentaremos as obras presentes na biblioteca Ana Maria Saldanha que abordam assuntos que são determinados pela lei 10.639/03, na qual catalogamos 29 obras que possuem a temática sobre a comunidade afro-brasileira como evidência, demonstrando aspectos da história e da cultura que essa etnia trouxe para o Brasil. Realçamos que também possui obras que mostram o continente africano e seus povos para além de um olhar estereotipado. Os livros trazem uma cultura de detalhes que demonstram as riquezas, valores, mitologias e religiosidade do continente.

As disponibilidades dessas obras são necessárias para compreendermos e refletirmos de maneira crítica sobre as contribuições dessa cultura para a formação da cultura brasileira, contribuindo para construção de uma sociedade mais consciente e menos preconceituosa. As obras são distribuídas em livros e ilustrações que catalogamos abaixo.

Foto 3- livro a Lenda de Pemba

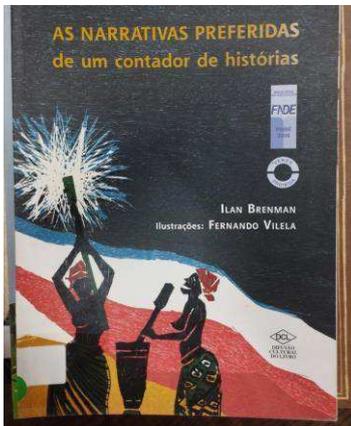


FONTE: Do autor, 2023.

A lenda de pemba é um livro de autoria de Márcia Regina Silva, e ilustrado por Rosana Paulina. O ano de sua primeira edição é 2009, e possui ao todo 30 páginas.

O livro tem como premissa contar a história de Mpemba, filha de um Rei Africano, que acaba se apaixonando por um jovem, mas o romance entre os dois não pode acontecer, devido às tradições culturais. Portanto, o livro apresenta a história de um amor proibido, mas proporciona aos alunos o conhecimento da tradição Africana, nos aproximando ainda mais desse conhecimento.

Foto 4- Narrativas preferidas de um contador de histórias

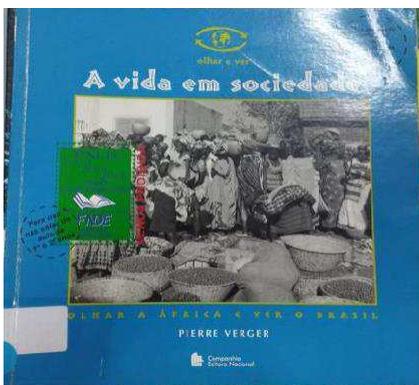


FONTE: Do autor, 2023.

O livro, "As narrativas preferidas de um contador de história", é escrito por Ilan Brenman e ilustrado por Fernando Vilela. Foi lançado no ano de 2007, pela editora Dcl.

O livro tem como principal intuito narrar contos de diversos povos espalhados pelo mundo. Como os povos Gregos, Asiáticos, História brasileira, e também africana. Portanto, o livro propõe demonstrar os contos populares de várias regiões do mundo. No que tange os aspectos da lei 10.639/03, o livro apresenta aos alunos o conhecimento da cultura Africana e a sua tradição, através dos contos populares, promovendo o conhecimento dessas tradições aos alunos.

Foto 5- Livro A vida em sociedade



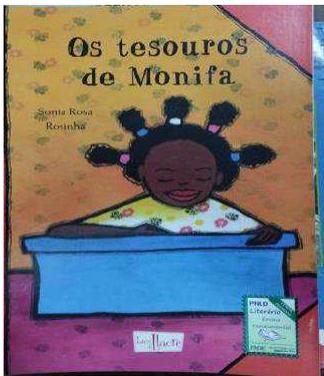
FONTE: Do autor, 2023.

O livro "A vida em sociedade", escrito e idealizado por Pierre Verger no ano de 2005, possui 31 páginas, composta por várias fotografias. O livro propõe um olhar

mais apurado para África, buscando demonstrar as influências para o território brasileiro. Portanto, as fotos de Pierre Verger revelam diferentes aspectos característicos da vida dentro dessas sociedades e sua influência na sociedade brasileira.

Portanto, a leitura desse livro pelos alunos, poderá marcar a fase do reconhecimento das práticas sociais vindas de África, e como ela se mescla com a nossa própria vida cotidiana, marcando a herança desses povos, para o fortalecimento da nossa cultura.

Foto 6- Os tesouros de Monifa

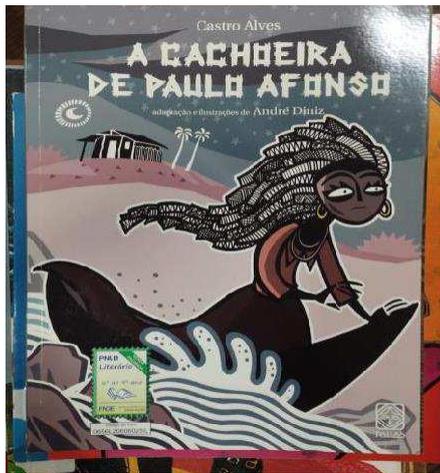


FONTE: Do autor, 2023.

“Os tesouros de Monifa” é um livro que possui como autora Sônia Rosa, e como ilustradora a Rosinha. O livro foi lançado no dia 30/03/2009, e possui 32 páginas. O livro tem como premissa básica falar do encontro de uma brasileira afrodescendente com sua tataravó, Monifa, que chegou aqui no território brasileiro em um navio negreiro.

Porém, mesmo sendo escrava, a sua avó aprendeu a escrever e, por meio das letras que aprendeu, conseguiu deixar para as futuras gerações o maior de todos os tesouros que alguém pode herdar, a memória. Portanto, esse tesouro foi passado de geração em geração, até chegar nas mãos da garotinha, que se encanta e se emociona muito ao receber tamanha preciosidade. E através deste tesouro que ela recebe, descobre a vida da sua tataravó, mas também suas próprias raízes.

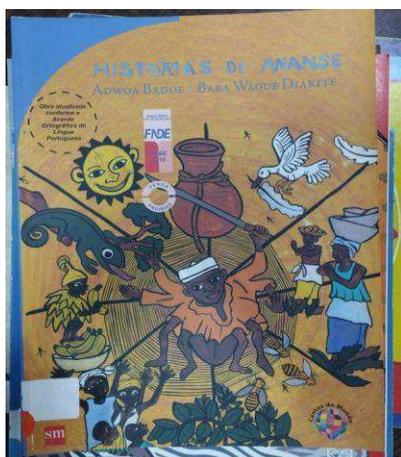
Foto 7-A cachoeira de Paulo Afonso



FONTE: Do autor, 2023.

A cachoeira de Paulo Afonso é um livro escrito por Castro Alves, que também está presente na biblioteca do C.E Santa Teresa. O autor é conhecido como o poeta dos escravos, mas também um dos mais célebres escritores do século XIX, pois sua escrita tinha como base a defesa da abolição da escravatura, e sua escrita entrava em contato com os anseios dos povos afrodescendentes que eram escravos. A cachoeira de Paulo Afonso é um conjunto de quedas d'aguas do Rio e nesse local que o autor retrata a fuga de um casal de negros que estava sendo perseguido a mando do seu dono.

Foto 8- Histórias de Ananse



FONTE: Do autor, 2023.

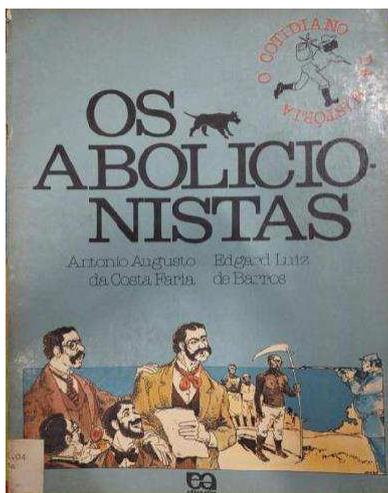
“História de Ananse” é um livro que se encontra também presente na biblioteca do C.E Santa Teresa. Escrito por Adwoa Badoe e Baba Wagué Diakité, nesta obra seus autores apresentam a origem e a organização das coisas do mundo por contos trazidos da tradição oral africana.

Este livro é contado pela aranha Ananse que se envolve em tramas que, em momentos de muita dificuldade, são resolvidas por sua astúcia, ora levando vantagem, ora se prejudicando.

As histórias, são tratadas como modos de passagem de conhecimento para gerações no interior da tradição africana, pois elas sempre carregam valores sobre conduta, no entanto sem ser moralistas. Ao final, o livro conta com textos definindo quem é Ananse e seu papel na cultura africana, além de uma receita de prato típico da região.

Portanto, este livro é importante para todos os alunos da escola, ele visa a aproximação da cultura africana e o reconhecimento das suas narrativas pela representação de suas escritas. É uma obra de suma importância, destacando seus mitos e fábulas, que são passados pela tradição oral e que persistem até os dias atuais.

Foto 9- Os abolicionistas



FONTE: Do autor, 2023.

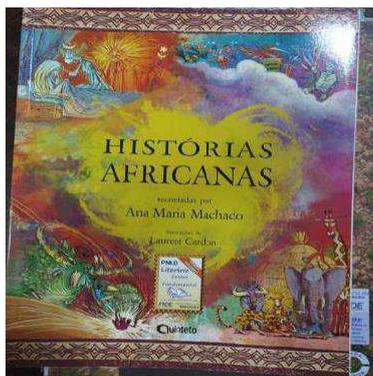
O Livro escrito por Antônio Augusto da Costa Faria, lançado no ano de 1991, possui 32 páginas. O livro analisa o processo da escravidão que marcou

profundamente a história da sociedade brasileira. Portanto, se faz necessário compreender todos os acontecimentos que promoveram o fim da escravatura.

A abolição foi o resultado de grandes lutas políticas, no qual atuaram vários grupos, que possuíam interesses e projetos diferentes entre si. Pela leitura do livro, podemos conhecer alguns nomes que lutaram pela liberdade dos escravizados e as principais razões que depois de um longo período levaram à abolição.

A partir dos ensinamentos desse livro, os alunos podem conhecer as inúmeras lutas políticas que se sucederam dentro do espaço geográfico brasileiro, a fim de terminar com as práticas escravista, conhecendo as figuras históricas que lutaram por esse acontecimento, mas também compreendendo os motivos que levaram ao processo de abolição.

Foto 10- Histórias Africanas



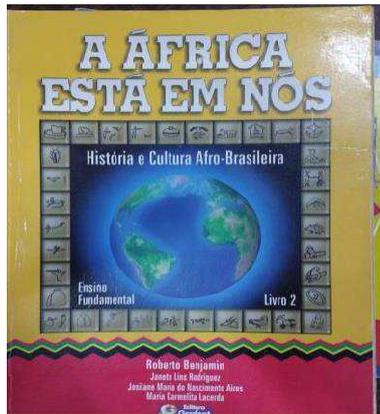
FONTE: Do autor, 2023.

O livro "Histórias Africanas", escrito por Ana Maria Machado, possui 56 páginas. O objetivo do livro é contar histórias, em todas as culturas, sempre foi um modo de expressar valores e incentivar virtudes.

Nada como as histórias de tradição oral para revelar o modo de sentir e de viver de um povo. É perceptível que as raízes da sociedade brasileira estão ligadas ao território Africano, entretanto sabemos poucos sobre a cultura, história e aspectos sociais deste continente.

As histórias recontadas por Ana Maria Machado, propõem revelar uma parte da riqueza cultural dos povos africanos, e promover um conhecimento mais apurado desse continente, mostrando aos alunos, como esses povos retratam as várias tradições, mas também o processo de exploração, dominação e escravidão.

Foto 11- A África está em nós

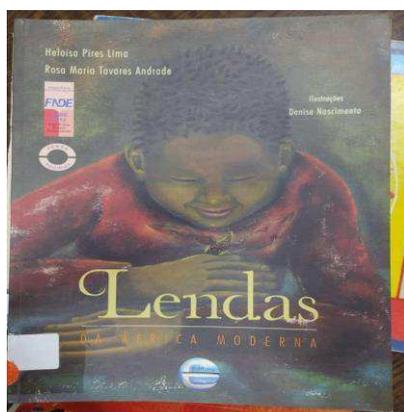


FONTE: Do autor, 2023.

O livro "A África está em nós" de Roberto Benjamin, tem como premissa básica a orientação da lei 10.639/03, demonstrando o importante papel dos povos africanos para a formação do Brasil. A obra destaca a presença dos africanos e seus descendentes em nosso território, destacando grande importância para as novas gerações de leitores pelas provocações que fazem, ao possibilitar o conhecimento de outros estudos sobre "áfricas" e "colonizações".

O livro permite o conhecimento de vivências de comunidades remanescentes de quilombos, redutos de negros produtores de uma consciência cultural africana em cada estado, promovendo aos alunos não apenas o conhecimento sobre as tradições africanas, mas como o impacto delas vivem e continuam a se propagar no Brasil, até os dias atuais.

Foto 12- Lendas da África moderna

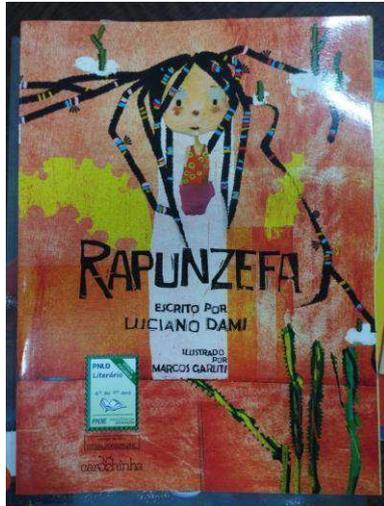


FONTE: Do autor, 2023.

O livro "Lendas da África moderna" de Heloisa Pires Lima, possui 72 páginas, e foi lançado no ano de 2011. A autora deste livro se predispõe a falar sobre as lendas

africanas, realçando aos leitores um conhecimento sobre esse passado, que por muitas vezes foi esquecido ou não propagado em território brasileiro.

Foto 13- Rapunzefa



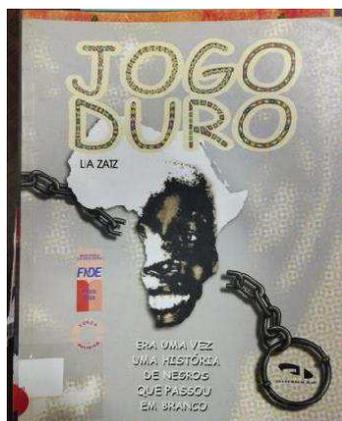
FONTE: Do autor, 2023.

“Rapunzefa” é outro livro encontrado na biblioteca do C.E Santa Teresa, obra escrita por Luciano Dani e ilustrada por Márcio Garuti.

O objetivo do livro é fazer uma adaptação de Rapunzel, todavia com algumas modificações bem importantes. A personagem principal da história é desprovida de cabelos loiros longos, mas sim de dreads mais volumosos. Nesse livro os contos de fadas se mesclam com uma temática nordestina e folclórica.

Portanto, este livro pode ajudar os discentes a terem uma versão própria de Rapunzel, trazendo uma visão mais abrangente da cultura afro, propondo uma representação negra efetiva na escrita e nas ilustrações.

Foto 14- Jogo Duro



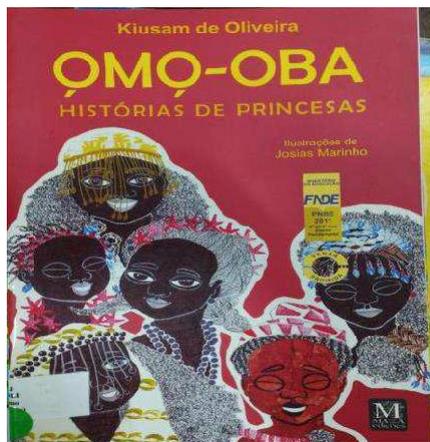
FONTE: Do autor, 2023.

O livro “Jogo Duro” que trata sobre a história dos negros, contada pela autora Lia Zatz é um feliz resgate de uma versão que passara “em branco” nas páginas dos livros de história oficiais. A história costuma ser contada pelos ditos “vencedores”, e por seus similares vitoriosos nos aspectos econômico e social.

A autora propõe recontar a escravidão sob a ótica dos negros tendo em vista os processos econômicos que o geraram e que pressionaram a sua extinção. Fatos históricos que protagonizaram uma versão dita "oficial" da história, como a Lei Áurea e a princesa Isabel, são "desmistificadas" neste livro.

Desta forma, o livro pode ajudar os alunos a criar um senso de criticidade sobre os aspectos da história, podendo perceber o jogo de informações que possui dentro da sociedade, podendo perceber de maneira crítica a situação do afrodescendente até os dias atuais.

Foto 15- Omo-Oba Histórias de princesas

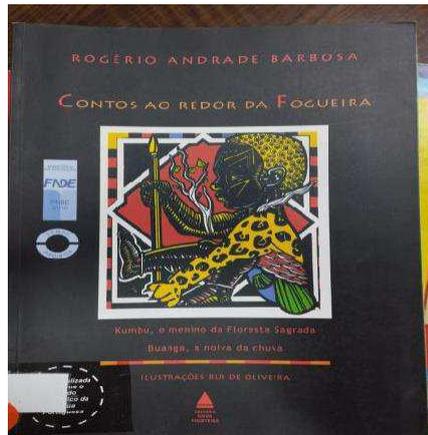


FONTE: Do autor, 2023.

O livro "Omo Oba: história de princesas" foi escrito por Kiusam de Oliveira, e possui ilustração de Josias Marinho. A obra conta a histórias de Princesas, remontando a mitos africanos, muito divulgados nas comunidades de tradição ketu, que são pouquíssimos conhecidos pelo público.

Os seis mitos apresentados no livro de ilustração, tem como objetivo fortalecer a personalidade de meninas de todos os períodos de tempo. Essa leitura torna-se importante para a valorização não apenas do conhecimento da literatura Africana, mas como ela pode impactar positivamente para a valorização feminina , ainda tão importante nos dias atuais.

Foto 16- Contos ao redor da Fogueira



FONTE: Do autor, 2023.

O livro " Contos ao redor da fogueira" é escrito pelo autor Rogério Andrade Barbosa, com ilustração de Rui de Oliveira e contém 72 páginas.

O livro mostra dois mitos de origem africana que convidam os leitores a romperem as fronteiras da imaginação. Os fatos ocorridos na história, são trazidos de acontecimentos transmitidos de geração para geração, caracterizando-se por ser um texto que envolve os limites daquilo que é real e o que é fantasia , resgatando as lendas originais do continente Africano e oferece uma reflexão ativa aos estudantes sobre a cultura e a mitologia.

Foto 17- Quilombolas e Quilombos



FONTE: Do autor, 2023.

O livro Quilombolas e Quilombos, foi escrito pelos autores Gisella Serrano, Mateus Henrique Pereira e Amélia Porto, e tendo como ilustrador Fernando Lima.

O livro é pensado sob uma perspectiva histórica. Os conflitos que formam boa parte da construção brasileira, são abordados desde a adoção do trabalho escravo